SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 03 E 04 DE NOVEMBRO DE 2026, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19 E ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e dois minutos do dia três de novembro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Eduardo Braga e Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Renan Filho, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Giordano, Carlos Viana, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Izalci Lucas, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Dra. Eudócia, Rogério Carvalho, Leany Lemos, Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner, Weverton, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Angelo Coronel, Tereza Cristina, Damares Alves e Luis Carlos Heinze, e ainda dos Senadores Beto Faro, Zenaide Maia, Marcelo Castro e Jayme Campos, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Plínio Valério, Jorge Kajuru, Irajá, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Randolfe Rodrigues, Camilo Santana e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Às doze horas e vinte e nove minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia quatro de novembro de dois mil e vinte e seis. Às onze horas e cinco minutos do dia quatro de novembro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Eduardo Braga e Esperidião Amin, a reunião é reaberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Resolução do Senado n° 50, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Altera a Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, para excepcionar da vedação à contratação de operações de crédito nos 120 dias anteriores ao término do mandato do Chefe do Poder Executivo as operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios." **Autoria:** Senador Renan Filho (MDB/AL). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para o Plenário. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 675, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contribuição previdenciária de estudantes bolsistas das entidades federais de ensino e dá outras providências." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2849, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contribuição previdenciária de estudantes bolsistas de pós-doutorado, das entidades de ensino e pesquisa e dá outras providências." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP).

Relatoria: Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 675, de 2022, com a Emenda nº 2- CE; pela rejeição da Emenda n°1-T e prejudicialidade do Projeto de Lei nº 2849, de 2023. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5165, de 2026 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a Cédula de Serviço (CS)." **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com cinco emendas apresentadas. **Resultado:** Adiado. **Observação:** Aprovado o REQ 109/2026-CAE, com a finalidade de realização de audiência pública. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 107, de 2026** que: "Requer a realização de audiência pública para instruir a deliberação do Senado Federal sobre a alíquota de referência da CBS para 2027" **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PL/DF). **Resultado:** Aprovado o Requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 109, de 2026** que: "Requer realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5165/2026, que "dispõe sobre a Cédula de Serviço (CS)" **Autoria:** Senadora Leany Lemos (PSB/DF). **Resultado:** Aprovado o Requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 110, de 2026** que: "Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 107/2026 - CAE seja incluído o convidado: Exmo. Sr. Deputado Federal LUIZ CARLOS HAULY." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado o Requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 108, de 2026** que: "Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema tratado na Medida Provisória nº 1.394,de 2026," **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Resultado:** Aprovado o Requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 111, de 2026** que: "Requer realização de audiência pública para debater a necessidade de redução da Selic." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Aprovado o Requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Esperidião Amin
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Eduardo Braga
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/11/03

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 3 de novembro de 2026.

Eu gostaria de esclarecer aos colegas Senadores e Senadoras que eu estou aqui exercendo a função de Presidente por delegação do nosso Presidente Renan Calheiros, Senador Amin. Acabei de falar com o Senador Renan Calheiros, que me pediu, gentilmente, que eu encaminhasse a Presidência desta sessão, tendo em vista que o Senador Laércio está em outra missão, para que nós não perdêssemos o prazo de alguns projetos que têm prazo e que precisam ser relatados no dia de hoje. Eu já conversei, inclusive, com a Senadora Eudócia e com a Senadora Leany para explicar os fatos.

Eu, logo a seguir, vou passar a Presidência ao Senador Esperidião Amin, para que eu possa relatar as matérias em que eu estou como Relator.

Passo a palavra ao nosso eminente Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nada acontece por acaso. V. Exa. está presidindo esta sessão e V. Exa. foi o Relator da reforma tributária. V. Exa. acompanhou a decisão do Tribunal de Contas com relação à CBS, colocando em termos de 11,3%, e nós tínhamos a expectativa de que fosse em 9,21%, era o que estava sendo trabalhado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. *Fora do microfone*.) – Entre 8% e 9%.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - DF) – É, mas foi 11,3%. Então, eu tenho um requerimento de audiência pública sobre isso. Se V. Exa. puder colocá-lo extrapauta...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. *Fora do microfone*.) – Se V. Exa. me permitir, eu o coloco agora e coloco em deliberação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - DF) – Ótimo. Obrigado, Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC. Pela ordem.) – Eu subscrevo o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. *Fora do microfone*.) – E eu também subscrevo.

A SRA. LEANY LEMOS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF. *Fora do microfone*.) – Subscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Também subscreve.

Senadora Eudócia, V. Exa. também subscreve? (*Pausa.*)

Então, aprovado por unanimidade.

Eu quero apenas dizer que, como nós temos o prazo até o dia 15 de dezembro, vamos convocar esta audiência pública para a próxima reunião da CAE, para que nós não percamos tempo e possamos fazer um amplo debate, porque...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC. Pela ordem.) – Quero dizer que sou a favor, mas só para atalhar: o senhor veja bem, com 11,3% mais o que se espera do...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Eu nem imagino o que V. Exa. vai argumentar, mas já estou de acordo. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Vai passar de 30%.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Imagine...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Vai para 31%.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Imagine que o Senador Renan me colocou como Relator, e eu já não estou de acordo com essa alíquota. Então...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Mas, então, o senhor veja...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Como é importante este debate.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Esta audiência pública, só queria acrescentar, deve abordar CBS e IBS.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – É, mas... Veja, nós não...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - DF. Pela ordem.) – Eu convidei o Confaz e também o nosso secretário aqui...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Eu só não posso colocar, como diriam os caboclos lá da minha terra, a carroça na frente do boi. Como nós não temos ainda a alíquota referência do IBS, e o IBS vai entrar em vigor daqui a quatro anos, então o que eu sugiro? Eu sugiro que a gente possa, apenas por questões metodológicas, aprofundar com muito detalhamento na questão da alíquota da CBS. Até porque, Senador Esperidião Amin, eu procurei contato com o Tribunal de Contas da União e, em função de que nós estávamos em pleno processo eleitoral, eu acabei não tendo reuniões com o Tribunal de Contas; e procurei contato também com o Ministro da Fazenda. Veja como a minha preocupação com essa alíquota está presente desde quando nós aprovamos a reforma tributária.

E sou muito agradecido ao Senador Renan, que já anunciou no seu Twitter que eu estou indicado como Relator desta matéria. Portanto, quero aqui, de antemão, dizer da minha preocupação com a alíquota estabelecida e que sou muito favorável a um amplo debate, para que nós possamos não apenas ouvir os especialistas do Tribunal de Contas, como também o pessoal da Receita Federal, como também os contribuintes e todos, para que nós possamos compreender em detalhes os fundamentos, porque não era essa a previsão estabelecida pelos próprios estudos da Receita Federal e pelos próprios estudos encomendados à época ao Tribunal de Contas da União.

Portanto, todos nós fomos pegos de surpresa com uma alíquota de 11,3% na CBS. E vamos com responsabilidade aprofundar, mas eu concordo com as preocupações do Senador Izalci e do Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC. Pela ordem.) – Presidente, só quero complementar para dizer o seguinte: eu concordo plenamente com o aforismo de que não vamos colocar o carro na frente dos bois, mas nesse caso não há risco, porque os bois já estão lá na frente e nós não vamos é alcançar os bois. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Então, para tentar pelo menos colocar uma rédea neles.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Não, botar uma luneta para enxergar, porque, Presidente... Isso é muito grave.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Não, não, mas como depende da nossa aprovação aqui no Congresso...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – E a mensagem do Governo já está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Sim, mas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Não é só o Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Não, não, não, mas vem baseado no estudo do Tribunal de Contas da União, mas depende da aprovação desta Casa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Nós fomos responsáveis, quando aprovamos a reforma tributária, para colocar exatamente o Senado no sistema de pesos e contrapesos para que haja absoluta responsabilidade e transparência com relação à fixação dessa alíquota.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Não vamos antecipar a discussão, mas eu só gostaria de colocar o seguinte, é impossível você raciocinar sobre CBS sem imaginar o seu irmão gêmeo univitelino, que é o IBS.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – É, mas é que, como todos sabemos, o IBS só vai ser estabelecido daqui a três a quatro anos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Mas o neném já está encomendado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Mas com três, quatro anos de antecedência...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC. *Fora do microfone*.) – É um parto longo...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – É um parto, não, é uma gestação muito longa.

Eu apenas quero ler aqui os convidados para esta audiência pública, Senador Renan Filho, para que, se algum Senador quiser aditar algum convidado para a audiência pública... Senador Rogerio, nós estamos aqui, acabamos de aprovar por unanimidade um requerimento de audiência pública para discutirmos a futura alíquota de referência para a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), em função do estudo apresentado pelo Tribunal de Contas da União que divergiu dos pré-estudos estabelecidos quando da apresentação e da aprovação da reforma tributária. E, portanto, providencialmente, o Senador Izalci apresentou um requerimento, que foi aprovado por unanimidade, em que ele propõe o convite do Presidente do Tribunal de Contas da União – aqui eu colocaria o Presidente do Tribunal de Contas da União ou o responsável pelo estudo que acabou indicando a alíquota para o trabalho administrativo apresentado pelo Presidente –; o Sr. Robinson Sakiyama Barreirinhas, Secretário Especial da Receita Federal; o Sr. Flávio César Mendes de Oliveira, Presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda (Comsefaz); representantes da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária da Fazenda... Não foi extinta a reforma tributária? Foi extinta.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Não, não, a secretaria foi extinta. Eu acho que a secretaria foi extinta. A secretaria foi extinta. Nós poderíamos chamar o Ceron, que é o Secretário-Executivo da Fazenda, ou o próprio Ministro da Fazenda, se for o caso, aí é uma questão para a gente avaliar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – O Appy pode ser feito, mas não como secretário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Ele pode não ser o pai da criança, Presidente, mas o DNA nunca será escondido. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Mas ele não é mais o representante da secretaria. Nós poderíamos convidá-lo como técnico especialista.

Representante do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS); o Sr. Valdivino José de Oliveira, Secretário de Estado de Economia do Distrito Federal; representante da Confederação Nacional do Comércio (CNC); representantes da CNI, da CFC; representantes da Federação Nacional de Empresas de Serviços Contábeis (Fenacom); e representantes do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas.

Se algum Senador quiser fazer mais alguma contribuição, ficará disponível na secretaria, mas eu peço à secretaria que tome as providências para fazer os convites.

Eu convido o eminente Senador Esperidião Amin para assumir a Presidência, a fim de que eu possa relatar os itens designados pelo Senador Renan Calheiros na sessão de hoje.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - DF) – Senador Amin?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Só um minutinho.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - DF) – Logo que V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Eu quero fazer uma consulta que eu não posso fazer nem ao Senador Eduardo Braga nem ao senhor.

O Senador Renan Filho concorda que eu assuma?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Não, só para saber, né? Porque daqui a pouco há uma crise familiar e eu não quero ser patrocinador e nem me envolver nisso. (*Risos.*)

Então, com a anuência explícita do Senador Renan Filho, eu aceito a missão.

Concedo a palavra ao Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - DF. Pela ordem.) – É só em termos de informação que, além da audiência pública, eu também dirigi aqui um ofício à Mesa Diretora sobre o rito da deliberação da resolução que vai fixar essa questão da CBS, para ver como vai ser o rito disso aí aqui no Senado.

Também apresentei um requerimento de informação ao Ministério da Fazenda, em especial ao Ministro, também sobre as questões dos dados da CBS. E apresentei também um Projeto de Lei Complementar estabelecendo anualmente a verificação desses termos para a gente ter muita transparência com relação à definição da alíquota da CBS.

Era só isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Senador, eu não tenho informação... Primeiro, não temos mensagem. Eu não sei nem qual vai ser o instrumento de envio dessa mercadoria: se vai ser um aviso, se vai ser um ofício...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. *Fora do microfone.*) – Eu acho que provavelmente vai ser um...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Um ofício?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Um ofício.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Porque, se for do TCU, projeto de lei, eu acho que não pode ser.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - DF) – Projeto de lei é só daqui para frente, para ter todo ano a questão da...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Então, eu não sei qual vai ser o meio formal do artigo da Constituição que permite que se receba.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Eu acabo de ser informado aqui pela minha assessora, pela Tatiana, muito competente, de que o nosso Secretário-Geral da Mesa, o Dr. Danilo, a informou, no dia de ontem, de que o Tribunal de Contas da União está encaminhando o estudo para a Presidência do Senado...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – No dia 10?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – No dia 10. E a Presidência do Senado é que encaminhará para a CAE, para que a CAE formule a resolução que estabelecerá a futura alíquota.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Ou seja, nós não temos um instrumento legislativo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Não, será uma resolução.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Não, não, mas o que vem de lá não é um dos itens...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – É uma mensagem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – É...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Não, está estabelecido, mas a partir dela é que se estabelecerá um projeto de resolução...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Sim, sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – ... que deverá ser anualmente avaliado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Anualmente ou... Não, acho que é a cada cinco anos, se eu não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Periodicamente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Periodicamente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – O que sai mais barato.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – É, periodicamente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Então, seguindo a pauta, nós temos:

ITEM 1

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 50, DE 2026

- Não terminativo -

Altera a Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, para excepcionar da vedação à contratação de operações de crédito nos 120 dias anteriores ao término do mandato do Chefe do Poder Executivo as operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Autoria: Senador Renan Filho (MDB/AL)

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Favorável ao projeto.

O Relator é o Senador Eduardo Braga, a quem eu concedo a palavra para proceder à leitura e apresentação do seu relatório.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. Como Relator.) – Meu caro Presidente Esperidião Amin, foi-me encaminhado pelo Presidente Renan Calheiros, para relatar, o presente projeto de resolução, de autoria do Senador Renan Filho, que trata da Resolução nº 50, de 2026, para excepcionar da vedação à contratação de operações de crédito nos 120 dias anteriores ao término do mandato do Chefe do Poder Executivo as operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Relatório.

Vem para deliberação desta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei nº 50, de 2026, de autoria do Senador Renan Filho.

O objetivo do projeto de resolução é alterar a Resolução nº 43, de 2001, para permitir a contratação, nos 120 dias anteriores ao término do mandato do Chefe do Poder Executivo estadual, distrital ou municipal, de operações de crédito destinadas exclusivamente – quero repetir: exclusivamente – à reestruturação e recomposição do principal de dívidas existentes.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Não há vício de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade ou técnica legislativa que obste a aprovação da matéria.

No mérito, não há o que discordar da proposta.

Inicialmente, cabe lembrar que a vedação à contratação de operações de crédito, nos últimos 120 dias do mandato, tem por objetivo impedir que um governante amplie o endividamento do ente federativo ao final de sua gestão, transferindo o ônus financeiro para seu sucessor.

Trata-se de uma restrição importante para preservar a responsabilidade fiscal. Entretanto, essa preocupação não se aplica da mesma forma às operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas, uma vez que estas não se destinam à obtenção de novos recursos, mas – grifado – à substituição de obrigações preexistentes por outras contratadas em condições mais favoráveis.

Explico. Em época de taxas de juros tão elevadas, existem situações em que para os estados – como é o caso, por exemplo, do Estado do Amazonas – que têm dívidas contratadas com uma taxa de juros muito elevada e com prazo de pagamento muito curto, nós estamos aqui autorizando que sejam substituídas estas dívidas por dívidas favoráveis ao estado, seja no alongamento do prazo de pagamento, seja na redução da taxa de juros contratadas na operação anterior. Não há razão, portanto, para conferir a essas operações o mesmo tratamento dispensado àquelas que implicam aumento do endividamento.

Vale destacar que a própria Resolução 43 do Senado já reconhece a especificidade dessas operações, ao estabelecer que a elas não se aplicam os limites e condições previstos.

Também é importante ressaltar que o enquadramento de uma operação como reestruturação ou recomposição do principal de dívidas está sujeito a critérios técnicos adotados pela Secretaria do Tesouro Nacional. A proposta, portanto, não elimina os controles destinados a preservar a responsabilidade fiscal do ente federativo.

Do ponto de vista econômico, a alteração é igualmente meritória. Como bem destaca a justificação, seu objetivo é conferir maior eficiência à gestão da dívida pública, permitindo a substituição de dívidas mais onerosas por outras contratadas em condições mais favoráveis.

Por fim, cabe destacar que a proposição não afasta as demais exigências legais e regulamentares aplicáveis às operações de crédito, preservando o mecanismo de controle de endividamento dos entes subnacionais.

Entendo, contudo, que decisões tomadas ao final do mandato, especialmente aquelas cujos efeitos financeiros se estendem à administração seguinte, devem estar sujeitas a maior transparência. Nesse sentido, apresento emenda que exige a divulgação de informações sobre as condições financeiras e os efeitos das operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas abrangidas pelo projeto de resolução do Senado, de modo a permitir que a sociedade e os órgãos de controle avaliem seus benefícios e eventuais riscos para a saúde das finanças públicas.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 50, de 2026, com uma emenda que se encontra devidamente publicizada no relatório publicado, que visa a exatamente dar mais transparência, fiscalização, comando e controle para a tomada desta medida de redução do passivo e alongamento do seu pagamento, em função das reduções da melhoria das condições.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente, e esse é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Feita a leitura do voto e do parecer, eu concedo a palavra, pela ordem de inscrição, à Senadora Eudócia, Senadora Leany, querida companheira, Senador Izalci e Senador Rogério. (*Pausa.*)

O autor pode falar depois.

Só quero colocar aqui uma observação de natureza histórica.

A Resolução 43 teve a sua gênese nesta Comissão nos anos 90. Ela veio para... Confere? (*Pausa.*)

E foi um esforço muito grande, que começou pela disciplina e depois pela eliminação das AROs, famosas AROs.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Antecipação de Receita Operacional.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Receita orçamentária.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Receita orçamentária.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – E deu azo... Esse propósito deu azo à formulação de várias propostas de resolução. E, já em 2001, já tínhamos a Resolução nº 43, que faz parte dessa bibliografia da busca de redução de danos ao fim de mandato.

Com a palavra a Senadora Dra. Eudócia.

Está certo, Leany?

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - AL. Para discutir.) – Bom dia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Leany, você me corrige, se eu errar.

A SRA. LEANY LEMOS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Fique certo. (*Risos.*)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - AL) – Bom dia, Sr. Presidente Senador Esperidião Amin; bom dia a todos os colegas aqui presentes.

Senador Presidente, eu peço vista, apesar de o Sr. Eduardo Braga – nobre Senador Eduardo Braga – ter me explanado rapidamente aqui sobre esse assunto, mas, pelo fato de ter entrado hoje de manhã esse parecer, eu acho essa RPS... Essa PRS – perdoem-me – muito complexa, porque envolve mandatos do Poder Executivo que estão saindo e mandatos do Poder Executivo que estão começando. Então, não tem como nós estudarmos esse tema em tão pouco tempo, uma vez que entrou agora de manhã. E, apesar de o senhor ter me explicado, Senador Eduardo Braga, eu lhe agradeço a atenção de o senhor ter me abordado e ter me explicado.

Eu peço vista, Sr. Presidente, para que eu possa me debruçar melhor, estudar melhor esse tema e poder votar com propriedade.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. Como Relator.) – A Senadora Dra. Eudócia me permite apenas uma explicação?

O relatório foi apresentado na quinta-feira à noite. Sexta-feira foi ponto facultativo, é de conhecimento de todos. Então, a Secretaria da Comissão não pôde publicar a pauta. Ontem foi feriado, Dia de Finados. Portanto, não foi por falta de apresentação do relatório. O relatório foi apresentado em tempo hábil na quinta-feira, mas houve antecipação. Houve o feriado do servidor na sexta-feira e houve o feriado do Dia de Finados na segunda-feira, que acabou fazendo com que a publicação acontecesse hoje pela manhã.

Eu apenas queria fazer uma ponderação a S. Exa.: é que existem prazos da Secretaria do Tesouro Nacional a serem cumpridos, e, se o Presidente pudesse, ao estabelecer o pedido de vista, que é regimental, coletivo, convocar uma sessão extraordinária da CAE, ou para o dia de amanhã, ou para o dia de hoje, à tarde, a fim de que os assessores possam orientar a eminente Senadora, mas para que nós não tenhamos prejuízo de prazos – porque existem prazos para que esses projetos sejam aprovados pela Secretaria Nacional do Tesouro, porque envolvem a aval da União, na sua grande maioria, para poder liberar os recursos para os estados, e nós estamos em fase de fechamento de ano contábil, exatamente de encerramento de mandato –, eu agradeceria e ponderaria tanto à Senadora Eudócia, quanto ao Senador Presidente, porque, no caso do próprio Amazonas – e aí eu não estou nem me referindo ao caso de Alagoas, mas ao caso do próprio Amazonas –, eu recebi um apelo do Governador eleito, o nosso colega Senador Omar Aziz, para que nós tivéssemos muito cuidado, em função do prazo estabelecido pela Secretaria Nacional do Tesouro.

Apenas... Eu compreendo que é regimental, eu compreendo que houve esses feriados, mas, se nós pudéssemos fazer uma análise e amanhã, numa extraordinária, subordinada, obviamente, à deliberação do Presidente Esperidião Amin, nós pudéssemos deliberar sobre a matéria, eu creio que daria tempo de fazer as análises e nós poderíamos não causar nenhum prejuízo a nenhum ente federativo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - DF. *Fora do microfone*.) – Só para dar...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Bom, eu vou dar um encaminhamento para esse assunto da seguinte forma: nós temos quatro Senadores inscritos, e o pedido de vista é regimental. O Senador Eduardo Braga, em bom tempo, faz uma... Ensaia uma proposta de uma possível solução que nós venhamos a dar. E eu vou procurar explorar esse caminho. Como? Primeiro, ouvindo os demais três companheiros e companheiras que estão aqui presentes.

Senadora Leany.

A SRA. LEANY LEMOS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF. Para discutir.) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Leany.

A SRA. LEANY LEMOS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Leany.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Acertei!

A SRA. LEANY LEMOS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Acertou. Tirou dez! (*Risos.*)

Presidente, autor e Relator da matéria, uma das funções que eu acho mais importantes do Senado Federal e pouco conhecida da sociedade é o controle do endividamento da União, estados e municípios. Isso foi e é fundamental para aquilo que hoje tem sido um tema tão importante, com tanto destaque em todos os jornais, que é a saúde fiscal. E um dos temas é justamente endividamento.

Eu fiquei muito feliz de ver essa matéria pautada, porque ela é justa. Como Secretária de Planejamento e Orçamento que fui, em dois estados, aqui no Distrito Federal e no Rio Grande do Sul, eu sei da importância que têm as reestruturações, renegociações e inovações de dívida para a saúde fiscal desses entes.

Você ter uma operação em que você tem um juro alto, em que é possível baixar aquela taxa de juros, em que você tem um prazo reduzido e você pode alongar aquele prazo, adquirir carência... Muitas vezes você está fazendo aportes e pagando, fazendo amortização de uma dívida. E você negocia, nessa reestruturação, uma nova carência de um ano, dois anos, isso permite aos estados, municípios e ao Distrito Federal, num momento de crise ou em momento especialmente de entrada de Governo, terem um impacto muito positivo.

Então, fiquei muito feliz de ver essa proposta. É uma proposta justa. Além disso, ela foi aperfeiçoada com a emenda do Senador Eduardo Braga, que dá mais transparência e em que há demonstração da metodologia das novas taxas de juros, dos prazos, dos valores de amortização com o seu cronograma, com o seu calendário.

Então, eu já queria adiantar aqui o meu voto. Eu acho que é importantíssimo para os estados, especialmente aqueles que têm um forte endividamento, mas para todos os estados e municípios... Eu acho, inclusive – eu, hoje, se fosse chegar a um estado novo para assumir uma cadeira de secretário –, que eu iria olhar todas essas operações e iria buscar a renegociação dessas dívidas, a reestruturação dessas dívidas.

Agora, os prazos do Tesouro...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Reestruturação, como...

A SRA. LEANY LEMOS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Algumas reestruturações, às vezes a gente fala inovação, "vamos inovar a dívida", mas na forma como está no projeto, no parecer, é reestruturação e recomposição do principal de dívidas. Eu acho que isso é importante, isso tem efeito no primário e no nominal, isso tem efeito em todos os resultados dos estados e municípios.

Então, eu queria cumprimentar aqui o autor, cumprimentar o Relator e já adiantar o meu posicionamento favorável a essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Concedo a palavra... (*Pausa.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - DF. Para discutir.) – Não, eu quero falar e vou reforçar.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Sim. Concedo a palavra ao Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - DF) – Primeiro, eu quero parabenizar pelo mérito do projeto, acho que é bastante relevante para qualquer estado. O problema é só essa questão do tempo. Eu estou mandando agora para o Secretário daqui do DF também para dar uma olhada em qual é o compromisso com relação ao DF. Então, eu vou pedir vista coletiva só para... E entendo a posição colocada pelo Omar e pelo Senador Eduardo Braga com relação a prazo, mas é importante a gente ter um prazinho para a gente dar uma analisada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Sem problema.

O Senador Rogério Carvalho, em seguida o Senador Renan.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - SE. Para discutir.) – Eu quero corroborar a sugestão do Senador Eduardo Braga: a gente poder apreciar ainda esta semana para que a gente possa dar oportunidade a quem está saindo e para quem vai chegar já seguir novas regras para que a transição não seja uma surpresa, uma caixinha de surpresas.

Então, sugiro que a gente possa ter essa vista para hoje ou para amanhã, para que a gente possa equacionar.

E também quero aproveitar, já que estou aqui com a fala, e como está na ordem do dia e estamos tratando de uma questão fiscal: eu acho que está chegando a hora de o Brasil discutir como vai dar o próximo passo de libertação. Nós nos libertamos do garrote da austeridade – o garrote da austeridade –, e uma das pernas desse garrote, ou uma das pontas desse garrote, é a taxa de juros, a Selic, a forma como, teoricamente, os nossos operadores do Banco Central e da

política monetária, independentemente de governo, operaram ao longo destes anos, trabalhando o controle da inflação a partir da taxa de juros.

É importante a gente dizer que o neoliberalismo, dito inclusive pelo Premiê da Inglaterra recentemente... Ele disse claramente que o neoliberalismo morreu. E com ele deve morrer também parte da sua base, parte dos seus fundamentos. Está cada vez mais claro que o mundo não caminhará sem investimento público e não é possível ao mercado regulamentar ou dar conta do papel do Estado, aquela ideia de que tudo seria regulamentado pela lei da oferta e da procura.

A gente já viu que, por exemplo, a cadeia global de suprimentos, que foi decorrente, se constituiu em decorrência do neoliberalismo, da redução do custo, de espremer, acabou com a indústria e vulnerabilizou todos os países. A gente viu esse exemplo na pandemia: quem viveu a pandemia sabe o quanto a gente viveu um risco enorme de desabastecimento porque toda a cadeia de suprimentos estava num único país. Tudo foi transferido para lá em nome da redução do custo.

Agora a indústria automotiva do mundo corre o risco de, durante dez anos, ser deficitária, porque toda a cadeia de suprimentos está num único país e ela não tem como produzir automóveis, por exemplo, a um custo que seja competitivo, ou mesmo colocar novos produtos no mercado, porque não tem cadeia de suprimento próximo para competir com a nova realidade que a China impõe ao mundo.

Portanto, eu estou chamando a atenção: nós não podemos continuar achando que é a taxa de juros somente que vai controlar a inflação. Tem pressões inflacionárias que não têm nada a ver com lei de oferta e demanda – não têm nada a ver. E a gente tem asfixiado...

Outra coisa, nem o emprego, nem o desemprego, hoje, podemos dizer que é motivo para você mexer na taxa de juros, porque mesmo quando você tem pouco emprego, a gente não vê aumento de demanda, até porque mais emprego não significa mais salário, mais renda. Portanto, não significa mais demanda. Necessariamente, mais renda e mais pressão de demanda sobre a capacidade produtiva.

Agora, nós precisamos começar a pensar no quanto uma taxa de juros desconectada da realidade objetiva... Porque, assim, quando a gente fala de déficit fiscal no Brasil, é de zero ponto percentual. Qual país do mundo tem um déficit fiscal real de 0% do seu Produto Interno Bruto? Qual? Qual país europeu? Nós temos um problema de indexação da hiperinflação durante quatro décadas, que nós ainda não conseguimos resolver. E uma das indexações que o mercado não quer desfazer é a taxa de juros.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – V. Exa. me permite um aparte?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - SE) – Deixe-me só concluir, mas eu permito.

Eu quero só dizer que nós precisamos discutir este tema. E nós precisamos romper – já vou passar ao aparte de V. Exa. – com esse dogma de que nós não podemos reduzir taxa de juros e não podemos trazer este debate, aprofundar este debate e olhar outras teses e outros caminhos para garantir que a nossa economia cresça, que os investimentos públicos aconteçam e que a gente não asfixie.

Só para concluir aqui, um dado: olha, eles defendem a desindexação da aposentadoria, mas não defendem desindexar a inflação da taxa de juros, certo? A gente precisa trabalhar isso. Tem outras variáveis que precisam ser observadas para que a gente não asfixie o futuro das novas gerações.

E mais, as ruas, ao reelegerem o Presidente Lula, passaram um recado muito claro: nós queremos futuro, nós queremos coisas novas, nós queremos rupturas, não do modo como as coisas se... mas rupturas de verdades que precisam ser discutidas. A verdade não pode ser absoluta eternamente. A gente precisa começar a discutir esses temas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Rogério, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – A propósito do assunto, o senhor subscreve o pedido de vista também?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - SE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Então, muito obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. Como Relator.) – Eu vou aqui acatar o conselho do nosso decano Esperidião Amin, para que eu não aprofunde o debate sobre macroeconomia com V. Exa. nesta sessão. Mas eu só quero dizer uma coisa: eu estava nas ruas pela eleição do Presidente Lula. E quero dizer uma coisa a você, Rogério: não há como se sustentar a taxa de juros do crédito rotativo do cartão de crédito e do cheque especial antes de se discutir qualquer outra questão de desindexação. A primeira coisa que este Governo precisa fazer, e já há tempos, é acabar com a imoralidade do crédito rotativo, da taxa de juros do crédito rotativo, do cartão de crédito e do cheque especial.

Tendo dito isso, eu vou deixar para discutir todo o resto numa próxima...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Não, nós estamos falando de 580% ao ano, e depois não se sabe por que a população brasileira está endividada. São 586% ao ano.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - DF) – Um aparte, um aparte...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Como o nosso assunto hoje é restrito, o nosso assunto é elitizado, é restrito apenas a estados e municípios – nem a União faz parte do debate aqui, são só estados e municípios –, portanto, a um estrato do nosso Brasil, eu gostaria realmente de dizer que a nossa discussão deve se ater ao texto do projeto de resolução, porque, se nós formos discutir economia, eu vou ameaçá-los com um convite ao Sr. André Lara Resende para vir aqui. (*Risos.*)

Se vocês querem confusão, vamos ampliá-la!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - DF) – Exatamente, exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Como dizia o meu personagem preferido, o Garfunkel: eu não vim para esclarecer, eu vim aqui para confundir vocês!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - DF) – Presidente, era só dentro do aparte...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Com a palavra o Senador...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - DF) – Não, é só dentro do aparte, ali...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Não, não; com a palavra o Senador Renan Filho.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - DF) – É rápido, eu só aprofundo o que V. Exa. falou: eu acho que a gente precisa fazer uma audiência para discutir isso mesmo. Vamos convocar o André Lara Resende, que tem essa ideia que já foi aplicada na Turquia, né? E o resultado da Turquia a gente conhece, mas é um assunto que a gente precisa debater aqui. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Está decretada, momentaneamente – porque a minha passagem aqui é momentânea; não se preocupem... (*Risos.*)

Aqui nós vamos tratar deste assunto. E, antes de encaminhar uma solução, eu vou ouvir o autor do projeto de resolução.

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Esperidião Amin, Presidente eventual e que me representa integralmente nesta sessão.

É por isto que o Regimento é tão sábio ao dizer que nós devemos tratar do tema que está em debate: justamente porque esse outro tema talvez seja o tema mais sensível para a

economia nacional no momento, e não é bom que a gente trate dele numa sessão como esta, apesar de todos aqui certamente termos boas ideias para esse caminho.

Eu costumo dizer que a tarefa mais difícil num país é conduzir a economia. Pode ter certeza disso! O experiente jornalista Thomas Traumann escreveu um livro inteiro só para dizer que esse é o pior emprego do mundo, o emprego de Ministro da Economia, justamente por essas questões que estamos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – *Traum*, em alemão (*Fora do microfone.*), sabe o que quer dizer, né?

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – *Traum* é sonho.

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) – Sonho?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – *Dream*.

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) – Exatamente, está bom; *dream*, em inglês.

Thomas Traumann, portanto, transformou o sonho que está no nome dele num pesadelo (*Risos.*), que é presidir, conduzir os destinos econômicos de qualquer nação.

E o Brasil, obviamente, hoje é conhecido internacionalmente pelo excesso de taxa de juros. Isso é um problema para o país, que precisa de solução. O Presidente Lula é o maior interessado nisso, mas essa discussão é supercomplexa.

Eu queria dizer ao nosso Relator e a todos os Senadores que me antecederam que esse projeto é muito meritório. O Senador Esperidião recuperou a importância da Resolução 43 do Senado. Ela é uma resolução, Líder Eduardo, de 2001, portanto, uma resolução antiga.

Por que eu apresentei esse projeto de lei? Para dar condição aos estados brasileiros de reestruturarem a sua dívida, se para melhor, em condições melhores, a qualquer tempo, porque tomar dívida nova significa cumprir as regras que o Tesouro Nacional estabelece e o regime da prudência, respeitando as eleições. Isso está 100% preservado no novo projeto.

Entretanto, para garantir condições melhores para o Governo vindouro, a gente não deve ter limite, e eu apresentei isso porque eu próprio fui candidato a Governador, pensando no equilíbrio fiscal do Estado de Alagoas, que já tive a oportunidade de administrar e entreguei o estado com as finanças estabilizadas. Eu acredito que isso ajuda todos os estados brasileiros.

A Senadora Leany, que foi Secretária Nacional do Ministério do Planejamento, disse ali muito rapidamente, mas é uma das maiores especialistas do país em finanças públicas, porque conhece como poucos essas questões, acabou de elogiar o projeto.

Eu falava com o Senador Izalci – caro amigo, com quem já tive a oportunidade de, entre outras coisas, disputar partidas de futebol no mesmo time, quando éramos mais jovens – que ele consultasse aqui o Distrito Federal, porque certamente a Secretaria de Fazenda será favorável.

O Senador Eduardo Braga, ao representar o Estado do Amazonas, aqui a pedido do Governador eleito, também, e outros Governadores de estado estão também ansiando por esse processo.

Não é simples gerar um benefício aos estados – Leany conhece bem –, porque essa negociação com a Secretaria do Tesouro Nacional é longa. Além dela, tem que fazer uma negociação com os bancos também, que são aqueles que permitem uma renegociação e uma reestruturação da dívida. Portanto, esse é um projeto, Senador Esperidião, que por um lado garante as condições de equilíbrio fiscal que a Resolução do Senado nº 43, em 2001, na esteira da própria Lei de Responsabilidade Fiscal do Brasil, que foi próxima a ela, estabeleceu alguns parâmetros para...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) – Exatamente, sucedeu a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas foi próximo, ela veio justamente para trazer aqueles critérios, os instrumentos para uma resolução do Senado.

Agora eu queria somente, ao fazer essa explanação, defendendo o projeto que apresentei, depois de ter sido duas vezes Governador, depois de ter sido Prefeito e de conhecer muito essa sistemática, dizer ao Brasil que esse projeto é para ajudar todos os estados brasileiros, não tem condição de prejudicar. E mais, é que, concomitante ao projeto que o Senador Eduardo acaba de relatar, a gente tem que verificar também o atendimento integral que é apresentado no Manual para a Instrução de Pleitos da Secretaria do Tesouro Nacional.

Aqui eu vou ler só algumas condições para que deixe ainda mais claro o que Eduardo colocou. A alínea "a" determina a "inexistência de novos recursos, devendo todo o valor captado ser destinado à quitação ou à amortização de dívidas existentes". A alínea "b" diz o seguinte, que o "valor presente da nova dívida precisa ser menor ou igual ao valor presente da dívida anterior", ou seja, garantindo condições melhores ao estado, alongamento, redução de juros. A alínea "c" diz sobre a "assunção de níveis prudentes de risco na nova operação", os níveis de risco têm que ser verificados. As "condições financeiras precisam ser mais favoráveis, verificadas inclusive pela comparação das taxas internas de retorno".

Então, eu coloco essas questões para dizer, com toda tranquilidade, que em esta Comissão, Senador Esperidião, tendo a clareza de que esse projeto é bom para o país e, independentemente da circunstância política, partidária, se o Governo é mais à direita, mais à esquerda, todos os estados serão beneficiados para construir uma renegociação da sua dívida para melhor, para condições melhores, mesmo para os casos que a Resolução 43 vedava. Então, eu queria fazer esse esclarecimento.

Quero agradecer ao Senador Esperidião pela condução da sessão e pedir aos Senadores presentes para que façamos essa reflexão, porque o Brasil está a esperar. E eu fico feliz, Senador Eduardo, de apresentar um projeto que, nesse mês de dezembro, mobiliza a atenção dos estados brasileiros. Isso demonstra que aquilo que pensei está conectado com as necessidades das unidades da nossa Federação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - AL) – Só um aparte...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Antes de conceder a palavra à Senadora Eudócia e, depois, à Senadora Leany, eu vou fazer aqui um comentário sem exorbitar dessa função que eu estou exercendo por poucos minutos.

Número um: o atestado da boa intenção, da reta intenção de V. Exa. se obtém na certidão de nascimento. A apresentação foi feita no dia 28 de agosto...

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL. *Fora do microfone*.) – Anterior à eleição.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – ... portanto, com o Senador Renan Filho candidato. Portanto, se pode até dizer que ele estava querendo melhorar a vida futura. A sorte das urnas não confirmou isso, mas o projeto está aqui. Então, a data de nascimento dele indica que ele obedeceu aos preceitos morais básicos.

O segundo comentário que eu quero fazer. A Resolução 43 é uma imposição aos estados e municípios, mas naquilo que é benefício, porque... Vamos só analisar um aspecto: o Propag. Senador Eduardo Braga, o senhor que é mais veterano do que eu nisso, quantos projetos de lei nós já aprovamos para suavizar as dívidas dos estados e municípios com a União? Eu já fui Relator de dois, leis complementares... E, no final, a dívida fica impagável mesmo. Mesmo assim, ela é mais barata do que qualquer outra.

E o Propag, idealizado pelo Senador Rodrigo Pacheco, ao qual eu adicionei uma emenda que fez um grande benefício para o meu estado, mas poderia beneficiar outros, coloquei ali um art. 16 e um parágrafo, permitindo que obras... O senhor cobiçou esse dinheiro também, como Ministro, mas cobiçou para obras. Estados que colocaram dinheiro na mão do Dnit, preste bem atenção, obra federal realizada pelo Governo Federal em patrimônio seu, colocou dinheiro, deu dinheiro para o Governo – que obtivesse pelo menos o direito de compensar isso com a sua dívida.

Levei quatro anos para aprovar isso. O Presidente vetou, derrubamos o veto, e Santa Catarina recuperou cerca de R$0,5 bilhão, que entregou ao Governo Federal para não paralisar obras federais no estado. Então, foi uma vantagem para o estado recuperar dinheiro que ele deu, não é que ele usou em obra delegada, é diferente. A obra era executada pelo Governo Federal, não tinha dinheiro. Com isso, se impediu a paralisação de algumas.

Então, o que é que representa o Propag? Representa o máximo que se obteve até hoje, em termos institucionais, de melhora de condições mais aceitáveis para estados e municípios. Sem dúvida alguma, foi o maior gol praticado em nome desse direito federativo, desse anseio federativo.

Então, eu faço esses dois comentários apenas para esclarecer que, de minha parte, eu não tenho nenhuma objeção em prosseguir a tentativa de acordo que o Senador Eduardo Braga propõe.

O pedido de vista está concedido. Eu vou ajustar a vista para um momento em que haja pelo menos um consenso básico, e é após essa peroração que eu passo a palavra à Senadora Dra. Eudócia, inclusive lhe pedindo que sugira uma data – não estou dizendo que a senhora vai marcar, mas que sugira uma data – para que se realize essa sessão com os esclarecimentos necessários.

Muito obrigado.

Com a palavra, a Senadora Eudócia.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - AL) – Sr. Presidente, agradeço o fato de o senhor ter aceito esse pedido de vista coletivo.

Obviamente, para mim seria o ideal se fosse na próxima semana, não tenha dúvidas disso. Mas, a depender da discussão de vocês, que pelo menos não seja hoje, porque hoje o prazo continua curto. Eu tenho atividades extra-Senado e ficaria impossível ser hoje. Pelo menos isso.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Pela mímica... a senhora sabe (*Fora do microfone.*) que a mímica supre várias necessidades. Eu já estou percebendo que nós podemos tentar agendar para amanhã.

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) – Presidente, só mais um comentário. Acho que se a Senadora Eudócia tiver concluído... A senhora concluiu?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Não, vamos deixar a Senadora...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - AL) – Deixe eu concluir, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Pois não.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - AL) – Outra coisa que eu queria colocar para a gente exaurir essa discussão: primeiro que foi colocado em agosto, como V. Exa. colocou, Presidente. E aí vem a minha pergunta: se foi apresentado em agosto, por que tão intempestivamente foi colocado agora, antevéspera desse feriadão? Hoje foi apresentado o parecer, apresentado porque teve esse feriadão e de uma forma intempestiva, fato que é algo muito complexo para a gente discutir.

Outra coisa que eu queria colocar, Sr. Presidente, é que eu já entendi que isso vai favorecer os estados, o Distrito Federal, os municípios. Qual é o meu receio, Senador Eduardo? Meu receio é o seguinte: que a abertura dessa exceção possa criar oportunidades para decisões financeiras que beneficiem a gestão de quem está saindo e transferir riscos ou obrigações para a gestão seguinte. Eu vou explicar o porquê.

Vou me ater só ao meu Estado de Alagoas – só ao meu Estado de Alagoas –, mas em relação a essa questão. O Senador que me antecedeu, o nobre Senador que me antecedeu falou "respeitando as eleições". Infelizmente, Alagoas não está respeitando nada. Para vocês terem uma ideia, o atual Governador está cometendo vários erros gravíssimos infraconstitucionais ou contra a Constituição, e lá é um estado atípico, totalmente atípico.

E essa é a minha preocupação, porque, sem ter esse projeto lá, sem ter a aprovação desse projeto, já estão fazendo algo que fere diretamente a nossa Constituição, que fere inclusive a lei estadual. Como é que eu fico confortável, uma vez que estou representando aqui o meu Estado

de Alagoas, como é que eu fico confortável em aprovar esse projeto, que pode... Aqui está bem explícito, como o senhor relatou – e parabéns pela sua brilhante relatoria, Senador Eduardo Braga... A minha dúvida é se o atual Governo de Alagoas vai realmente cumprir com essa premissa, porque eles rasgam a Constituição Federal. E por que estou falando "eles" no plural? Porque o Governador não trabalha só, ele tem toda uma rede, tem toda uma estrutura por trás dele que o orienta, que o regimenta.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Senadora...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - AL) – Então lá é rasgada a Constituição, para Alagoas não existe a Constituição, não existe lei estadual, não existe nada.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Deixe-me só explicar...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - AL) – Então, essa é a minha preocupação, Senador, porque o povo de Alagoas já não aguenta mais sofrer e sempre quem paga a conta é o povo de Alagoas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Apenas para explicar...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - AL) – Esse é o meu receio e realmente deixo muito claro que a minha preocupação de aprovar esse projeto de resolução do Senado de forma intempestiva, diga-se de passagem...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – A senhora me perdoe, a senhora está colocando intempestividade a mim, mas não pode...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - AL) – Mas é verdade, Senador. O senhor está colocando...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Eu só gostaria de estabelecer uma regra, uma regra que é apenas regimental: a senhora

está com a palavra, só queria ponderar que nós não podemos dar à Comissão de Assuntos Econômicos a atribuição de analisar a situação política e administrativa do Estado de Alagoas.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - AL) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Quer dizer, nós vamos agendar para amanhã...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - AL) – Mas coloquei aqui a minha preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – A livre expressão, eu só não quero que se estabeleça esta polêmica. A posição de cada um pode se manifestar na tribuna. Nós temos um assunto em pauta, é o primeiro dos dois assuntos em pauta. Eu herdei a pauta, não fui eu que fiz. Não vejo nada de anormal numa tentativa de sermos eficazes, em face do calendário. O calendário sustou várias deliberações. Nós tivemos um período eleitoral excepcional, tivemos um período de ressaca eleitoral, depois a ressaca do segundo turno. Então, tudo isso nós compreendemos, cada um de acordo com a sua vivência e com o seu estado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Apenas para deixar...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Este assunto é oportuno para agora, não é intempestivo nem oportunista.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - AL) – É o que eu acho, Senador. Perdoe-me, Presidente, é o que eu acho.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – O momento é agora. Então, a tentativa que vou estabelecer não é quanto ao mérito, pode votar contra, pode votar a favor. Agora, não deliberar ficou cada vez mais perigoso, tanto no TSE quanto no STF e aqui também. Não deliberar, deixar o tempo passar é pior. Então, nós estamos chegando a um acordo só. Se o projeto é bom ou não é bom, ele é oportuno e, pelas especificações do próprio manual da Secretaria do Tesouro, tem que resultar em coisa boa. Não

pode... Não aceita mais dispêndio do que o que já existe ou compromisso, mais dispêndio e mais compromisso do que já existe.

Então, o meu objetivo aqui não é convencer sobre o parecer, sobre o projeto ou sobre outro assunto. É o seguinte: isso está na pauta. Parece sensato que ele possa... As dúvidas têm que ser dirimidas até em homenagem a todas as suas colocações, que são irretocáveis. Eu só não quero é que sobre elas se estabeleça uma polêmica. Então, nós estamos caminhando para marcar um horário para amanhã.

A minha indagação é uma só: ele satisfaz? É o possível? E a partir daí, todos poderão pedir a palavra.

Eu concedo a palavra, neste momento, à Senadora Leany.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Não, mas eu gostaria de uma questão de ordem. Eu gostaria de uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Em seguida.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Não, não, não, não. Ela me citou. Ela citou o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Mas se abre a votação...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Não, não, não. Intempestividade não é elogio. Não, não. A senhora citou a apresentação...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - AL) – Eu disse que foi intempestivo...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Senadora, eu te ouvi.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - AL) – Mas eu não falei que foi a relatoria.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Eu te ouvi, Senadora.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - AL) – Foi V. Exa. que marcou?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Senadora, eu sou o Relator.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - AL) – Eu não falei no seu nome. Eu não falei que foi você que fez intempestivamente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Senadora, por favor.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - AL) – Eu falei que foi marcado intempestivamente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Senadora, por favor.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - AL) – Senador Eduardo Braga...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Eu respeito a sua condição de Senadora...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - AL) – Eu também respeito o senhor. Eu não falei isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Eu respeito a sua condição de Senadora...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - AL) – Não falei isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Eu respeito a sua condição de Senadora, eu respeito V. Exa. A senhora sabe do tratamento cortês, educado que eu tenho com V. Exa. em todos os momentos.

Eu explico a V. Exa.: não havia como eu apresentar o relatório se não havia sessão no Senado. O Senado estava em recesso branco em função das eleições. Na primeira sessão em que eu tive oportunidade para apresentar o relatório, eu o fiz. Lamentavelmente, havia o feriado do servidor público, que não é da minha vontade, e o feriado do Dia de Finados, que não é da minha vontade. Portanto, a apresentação do relatório não foi intempestiva. Ao contrário, tão logo eu pude apresentar... Na primeira semana em que eu fui designado Relator e tive prazo, eu apresentei o relatório.

Reconheço o direito regimental de V. Exa. de pedir vista coletiva. Acho apenas... Fiz apenas uma ponderação, porque existem prazos a serem exercidos pela Secretaria Nacional do Tesouro e pelos estados, que terão a possibilidade de se beneficiar com a redução do seu fluxo de pagamento, em função da redução e do alongamento da taxa de juros e do alongamento do período de pagamento, o que vai facilitar o fluxo de caixa.

Portanto, é apenas para deixar claro que, da minha parte, não há intempestividade. Só deixo essa colocação. No mais, a senhora tem todo o direito de fazer as colocações políticas que a senhora achar conveniente, mas eu não posso sair daqui com a indicação de que eu fui intempestivo na apresentação do relatório.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - AL) – Sr. Presidente, só para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Antes de a senhora falar...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - AL) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – ... eu quero prestar aqui uma informação adicional.

O projeto foi apresentado no dia 28 de agosto. Foi despachado para a relatoria do Senador Eduardo Braga no dia 30 de outubro, quinta-feira da semana passada. É o que consta: 30 de outubro. E no dia 30 de outubro, pelo que se sabe, o parecer foi apresentado. Então vamos seguir o cronograma. Dia 30 de outubro foi quinta-feira da semana passada.

Portanto, eu não diria que existe, de parte do... Aliás, eu posso afirmar que de parte do Relator, nós temos que dizer que ele foi o mais diligente e eficaz possível, como sói, como geralmente ele é.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - AL) – Era isso que eu queria...

Senador! Presidente! Presidente! Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Algumas exceções, até para justificar a regra.

Agora concedo a palavra à senhora.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - AL) – Muito obrigada.

Senador Eduardo Braga, eu não quis dizer que foi o senhor que foi intempestivo, eu quis dizer... Se deu a entender isso a V. Exa., peço desculpas. O que eu quis dizer é que intempestiva foi a colocação desse projeto de lei hoje, não de...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Projeto de Resolução.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - AL) – Desculpe. Perdoe-me, Presidente. Projeto de Resolução.

Não partindo de V. Exa., mas partindo do Regimento, partindo da programação que a CAE faz. Não foi em relação a V. Exa., está bom, Senador Eduardo Braga?

E também, da mesma forma, eu o trato maravilhosamente bem, porque não poderia ser diferente.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Agradeço à senhora.

Senadora Leany.

A SRA. LEANY LEMOS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF. Para discutir.) – Era mais que nada para uma brincadeira, porque se o pior emprego do mundo é ser o Ministro da Fazenda, o segundo pior é negociar com o Tesouro Nacional uma operação de crédito. (*Risos.*)

Porque, como diz o meme, quem viveu sabe. São anos, às vezes. Quando é rápido, é um ano, um ano e meio, a quantidade de documentos; e tem que ser assim mesmo. E, só para reforçar o ponto levantado aqui pelo Presidente Esperidião Amin, o próprio manual do Tesouro, de instrução dos pleitos do Tesouro, coloca muito claramente que não pode haver a transferência de ônus financeiros para a administração seguinte, para a gestão seguinte. Isso é algo que é legítimo, acho: a posição e a preocupação de todos os que se elegem e estão tomando pé da situação dos seus estados e da sua situação fiscal. Mas também o Tesouro Nacional serve... Ele pede tanto documento porque serve como guardião também nos processos de transição. Mas era só essa brincadeira.

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL. Para discutir.) – Só para concluir, muito rapidamente, Senador Esperidião e Líder Eduardo, eu acho que a discussão foi muito produtiva. Acho que se a gente conseguir fazer um entendimento na direção do que o Presidente propôs será muito importante. E a Comissão foi muito diligente. A Comissão de Assuntos Econômicos só pode pautar um projeto de resolução depois que essa indicação vem da Presidência do Senado, que chegou a esta Comissão nos últimos dias.

Inclusive, só para ser cem por cento justo, quem dialogou junto à Presidência do Senado para que esse projeto fosse despachado pelo Presidente Davi Alcolumbre para vir à Comissão de Assuntos Econômicos a fim de ser distribuída a um Relator foi o Relator Eduardo Braga, pelo interesse e por saber que o projeto era bom para os estados.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – E a pedido do Senador Omar.

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) – Exatamente, e a pedido do Senador Omar, porque provavelmente, a despeito da reconhecida diligência do nosso Relator da reforma tributária, Líder do MDB no Senado há tanto tempo, Eduardo Braga, a despeito disso, Eduardo, talvez, V. Exa. não estivesse acompanhando detalhadamente esse projeto. Mas quem estava acompanhando? A Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas. E, ao dialogar com o Governador eleito, Eduardo Braga...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Senador Omar.

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) – Desculpe, Omar Aziz, disse: "Olha, Governador eleito, tem esse projeto que é bom para os estados brasileiros".

Então, finalizo só dizendo que o projeto é muito bom para os estados brasileiros, a despeito da minha trajetória, que sempre foi assim.

Queria parabenizar a condução do Senador Esperidião Amin, que foi requisitado Presidente eventual desta Comissão, numa sessão tão importante, tão delicada e tão justa para os estados brasileiros. E, se a gente encontrar o caminho de deliberar, será o melhor caminho.

Muito obrigado pela oportunidade de colocar algumas palavras aqui.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Podemos fixar para amanhã? Eu consulto a secretaria se há alguma restrição de horário...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Às 14h, acho que fica bom, porque tem CCJ de manhã. (*Pausa.*)

Não tá? (*Pausa.*)

Ah, então pode ser de manhã, às 10h.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Alguma objeção?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Por mim, não.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Então, fixamos para as 10h, e você determine que alguém ocupe esse lugar, senão eu fico aqui de novo. (*Risos.*)

Ainda temos hoje mais um item?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Temos um.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Dispõe sobre a cédula...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – É o PL 5.165, de 2026.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Trata-se do Projeto de Lei nº 5.165, de 2026.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 5165, DE 2026

- Terminativo -

Dispõe sobre a Cédula de Serviço (CS).

Autoria: Senador Renan Calheiros (MDB/AL)

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela aprovação do projeto, com cinco emendas apresentadas.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga para a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu até pensei que, quando o Senador Rogério Carvalho havia pedido a palavra naquele momento, ele iria tratar sobre esse projeto de cédula de serviços, mas aí ele enveredou por outro caminho. Porque, na realidade, esse é um projeto que inova, porque traz mais um instrumento monetário para a política monetária brasileira e, ao mesmo tempo, traz algumas adicionalidades, que eu reputo extremamente interessantes para o momento da economia nacional.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei nº 5.165, de 2026, do Senador Renan Calheiros, que dispõe sobre a cédula de serviço (CS).

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise.

A proposição atende aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e regimentalidade.

Quanto ao mérito, o projeto busca suprir uma lacuna no financiamento do setor de serviços. Os instrumentos disponíveis não permitem ao prestador captar recursos com base nos serviços que ainda vai prestar. A duplicata de prestação de serviços pressupõe serviço já prestado e, por isso, financia o crédito resultante dele, não a atividade futura.

A nota comercial, disciplinada pela Lei nº 14.195, de 2021, representa exclusivamente promessa de pagamento em dinheiro, e sua emissão é restrita às sociedades anônimas, às sociedades limitadas e às cooperativas. A cédula de serviço permite ao prestador receber antecipadamente pelo serviço futuro e permite ao credor adquirir antecipadamente a própria prestação. Essa é a lógica que a cédula de produto rural (CPR) aplica ao produto agropecuário e que o projeto toma como paradigma.

O desenho normativo do projeto merece acolhimento em seus elementos centrais. O art. 1º qualifica expressamente a cédula de serviço como título executivo extrajudicial, conforme

dispõe o Código de Processo Civil, que exige disposição legal expressa. Assim, não fica dúvida sobre a via processual disponível ao credor.

A emissão exclusivamente escritural, em sistema gerido por entidade autorizada pelo Banco Central do Brasil, e a exigência de registro ou depósito centralizado como condição de negociação asseguram a rastreabilidade das operações.

A proposta adota duas modalidades de liquidação. Na liquidação física, o emitente se obriga a prestar o serviço especificado na cédula. Na liquidação financeira, o valor exigível corresponde ao preço do serviço, corrigido pelos indicadores pactuados e multiplicado pela quantidade especificada.

A exclusão das relações de consumo é relevante para a proteção do consumidor. Na cédula de serviço, o consumidor ocuparia a posição de credor. Ele anteciparia o pagamento de serviço futuro sem condições técnicas de avaliar o risco de inadimplemento do prestador.

Cabe aqui registrar que a existência da nota comercial não torna a cédula de serviço redundante. Na liquidação física, não há instrumento equivalente no ordenamento. Na liquidação financeira, há proximidade funcional entre os títulos. A cédula de serviço, contudo, distingue-se pela referência ao preço do serviço e pela possibilidade de emissão por prestadores não organizados sob as formas societárias admitidas para a nota comercial.

O alcance prático do instrumento dependerá da adesão do mercado. A cédula de serviço tende a ser mais útil nos serviços mensuráveis e com preço de referência, contratados entre empresas, como os agrosserviços, o transporte e a logística, a armazenagem e a capacidade tecnológica. A natureza facultativa do título e a ausência de custo para o poder público, todavia, recomendam sua instituição. Cabe aos agentes econômicos avaliar sua conveniência diante dos demais instrumentos disponíveis.

Sem prejuízo do mérito favorável, o texto comporta aperfeiçoamentos pontuais.

O primeiro diz respeito ao art. 3º. A exclusão das “relações de consumo” depende de qualificação que só pode ser feita caso a caso e depois do fato, à luz do conceito de destinatário final disposto no Código de Defesa do Consumidor e de sua aplicação pela jurisprudência.

Assim, propomos emenda que substitui critérios abertos por critérios objetivos.

O segundo diz respeito ao art. 9º. Pela redação atual, aplicam-se à cédula de serviço as normas de direito cambial sem adaptação. Assim, o endossante passaria a responder pela própria prestação do serviço, e não apenas pela existência da obrigação.

Propomos emenda para limitar a responsabilidade do endossante à existência da obrigação e dispensar o protesto para o exercício do direito de regresso contra avalista.

O terceiro diz respeito ao art. 11. Embora o título seja exclusivamente escritural, o projeto não indica o documento que instruirá a execução. Propomos emenda para admitir a execução sem protesto, com base em certidão emitida pela entidade responsável pela escrituração ou pelo registro ou depósito centralizado.

O quarto diz respeito ao art. 12. Quando o serviço tem caráter pessoal, a execução de obrigação de fazer tende a se converter em perdas e danos, que dependem de liquidação judicial, conforme dita o Código de Processo Civil.

Propomos emenda para facultar ao credor da cédula de serviço com liquidação física optar pela execução por quantia certa do valor apurado segundo os critérios previstos na própria cédula. Com isso, a liquidação física ganha eficácia.

O quinto diz respeito ao art. 14. O dispositivo traz regra imprópria para as garantias sobre bens móveis e recebíveis, típicas do setor de serviços, cujo regime de publicidade é diverso. Propomos emenda para remeter o registro ou a averbação ao órgão competente segundo a natureza do bem – no caso, do serviço.

Por fim, entendemos que as emendas propostas são pontuais, preservam a estrutura e as opções centrais do projeto e dispensam a apresentação de substitutivo.

Eu quero dizer que essa cédula, Senador Renan Filho e Senadora Leany, vem em socorro, no momento em que o Brasil vive uma situação bastante complexa, com uma taxa Selic muito alta e com juros reais muito altos para o financiamento de operações de prestação de serviço cujo prestador precise de captação de recursos para executar o serviço.

Essa é uma forma que o prestador de serviço teria para captar recursos financeiros sem que isso onerasse, com taxas de juros exorbitantes, a sua margem de lucro e os custos dos seus serviços causando, portanto, um desequilíbrio econômico financeiro no contrato de prestação de serviço.

Portanto, parece-me um instrumento moderno que adita aos instrumentos monetários existentes no mercado nacional mais um instrumento creditício, para que nós pudéssemos financiar a nossa economia à margem dessa taxa extorsiva de juros praticadas pelo Banco Central na captação através da taxa Selic.

Do voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.165, de 2026, e no mérito pela sua aprovação, com as emendas já descritas e citadas, bem como publicizadas no relatório.

Esse é o voto, esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – O relatório foi apresentado.

Estou abrindo a discussão.

Está inscrito o Senador Veneziano. Como ele está remoto...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Não, o Veneziano está na reunião de Líderes, Presidente. (*Pausa.*)

Ah, ele está aqui?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Ele está remoto, remoto em relação a nós.

Então eu, com a anuência dos Senadores aqui presentes, passo a palavra ao querido amigo Senador Veneziano...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - PB. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Desculpe-me, meu estimado Prof. Esperidião Amin.

Meu Relator, amigo Líder, o meu propósito da fala seria em saber se V. Exa. ainda tem propósito de colocar em votações ou para votações alguns requerimentos – entre os quais, existe um nosso, o Requerimento 108.

Em relação ao que o Senador Eduardo Braga pôde nos trazer, um conhecimento e a percuciência plena sobre a matéria, a minha posição é favorável, como anteriormente também, dada a discussão para que nós estendamos, até amanhã, o debate que vai ser trazido com as propostas de quem requereu o pedido de vista.

Mas eu queria saber de V. Exa., Senador Esperidião Amin, se o senhor vai ainda colocar em debate os requerimentos que estão postos à sua frente, entre os quais um que pede uma audiência pública sobre a permanência ou não, o funcionamento ou não das *bets*. É apenas isso, porque, como nós estamos nos dirigindo para uma outra atividade legislativa, eu queria e desejaria de V. Exa. saber se teremos possibilidade de defender esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Eu vou consultar aqui a assessoria se eu posso colocar esses requerimentos na pauta de amanhã, uma vez que nós temos uma audiência para amanhã já marcada. (*Pausa.*)

Então, já obtive aqui a anuência: os requerimentos estão pautados para amanhã, tanto o requerimento...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - PB. *Por videoconferência*.) – Eu lhe agradeço, Presidente, mais uma vez a sua...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Trata-se do Requerimento nº 108, de 2026, de sua autoria, Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - PB. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Professor, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Isso atende ao seu desiderato?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - PB. *Por videoconferência*.) – Plenamente, vindo de V. Exa., com a sua sensibilidade...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Então, eu já me sinto gratificado porque produzi alguma coisa de bom hoje.

Muito obrigado.

Com a palavra a Senadora Leany.

A SRA. LEANY LEMOS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF. Para discutir.) – Presidente, eu gostaria de pedir vista do projeto, do relatório – do projeto, por seu relatório. Eu fiquei com algumas dúvidas, que são mais que nada, porque justamente, pelo pouco tempo, eu fiquei com algumas dúvidas aqui em relação... Acho inovador, interessante, mas algumas dúvidas sobre circulação, garantias... Talvez seja interessante até a gente fazer uma audiência pública para entender um pouco a demanda, o mercado, como é que está aquecido em relação a essas...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – O pedido de vista é regimental. Se a senhora quiser acrescê-lo de um pedido de audiência pública, vem até em prestígio do projeto.

Eu acho que o projeto merece ser mais divulgado também.

A SRA. LEANY LEMOS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Então, eu gostaria de seguir o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Fica a seu encargo fazer o requerimento. E também poderá apresentá-lo amanhã.

A SRA. LEANY LEMOS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Nós o faremos. Maravilha!

Obrigada.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Apenas para complementar o pedido de vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Pedido de vista coletiva.

A SRA. LEANY LEMOS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Muito obrigado.

Cumprido o objetivo da reunião (*Pausa.*),... eu declaro esta reunião suspensa, para que nós possamos realizar a reunião, retornando às 10h da manhã de amanhã.

Está encerrada a reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 02 minutos, a reunião é suspensa às 12 horas e 29 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, está reaberta a nossa 24ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 4 de novembro de 2026.

Senador Izalci Lucas, a sua súplica está sendo atendida como se fosse uma ordem. V. Exa. tem a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu só quero retirar o destaque e já manifestar o meu voto favorável à aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Foi uma pena que o seu diálogo com o Senador Renan Filho, assistido e zelosamente resguardados os direitos à fala pela Senadora Leany, não tenha sido gravado. Seria uma aula de civismo e boa política.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - DF) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – O senhor está dispensado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - DF. *Fora do microfone*.) – Está bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Está saindo por livre e espontânea vontade e com testemunho do nosso melhor delegado do Brasil, Senador Alessandro Vieira. Está saindo porque quis, não foi tangido a.

Refeita a nossa Ordem do Dia... (*Pausa*.)

Bom, eu sou obrigado a fazer a leitura dos comunicados primeiro.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Mensagem Eletrônica do Governo do Estado da Bahia, que encaminha, em conformidade com o art. 28 da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, comunicado sobre parceria público-privada à Comissão de Assuntos Econômicos para que esta avalie, mediante parecer, o cumprimento do art. 28 da citada lei, com a posterior comunicação dessa deliberação à Secretaria do Tesouro Nacional. Eu faço esse registro com aplauso, porque essa é a lei da parceria público-privada assinada, publicada em 30 de dezembro de 2004, que ainda é arrimo para essa iniciativa então inovadora.

- Mensagem nº 77, de 2026, da Presidência da República, que encaminha, na forma da lei, relatório de avaliação de receitas e despesas primárias referente ao quarto bimestre de 2026;

- Oficio nº 50.415, de 2026, do Ministro da Fazenda: informa, em cumprimento ao art. 41 da Resolução nº 43 do Senado Federal, a publicação, no sítio do Tesouro Nacional, dos demonstrativos de operações de créditos analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda em agosto de 2026, bem como as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;

- Oficio nº 43.622, também do Ministério da Fazenda: informa, em cumprimento à lei, a publicação, no sítio do Tesouro Nacional, dos demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda em junho de 2026, bem como as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;

- Oficio nº 43.619, também do Ministério da Fazenda: informa que, em cumprimento aos dispositivos legais, idêntico procedimento relativo a julho deste ano foi publicado no sítio do Ministério;

- Oficio nº 1.241, da Assembleia Legislativa de Santa Catarina;

- Moção nº 257, de apelo, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, para que sejam adotadas medidas destinadas à manutenção da qualidade e da acessibilidade dos serviços bancários prestados por instituições financeiras contratadas pelo poder público;

- Aviso nº 757, Gabinete da Presidência do TCU: encaminha, para ciência, cópia da Decisão do TCU nº 222, de 28 de julho de 2026, que aprova, para o exercício de 2027, os coeficientes individuais de participação dos estados e do Distrito Federal nos recursos previstos no art. 159 da Constituição Federal – Fundo de Participação dos Municípios;

- Aviso nº 802, também do Gabinete da Presidência do TCU: encaminha cópia do despacho no âmbito do TC que trata de auditoria operacional com o objetivo de avaliar a efetividade da política de conteúdo local no setor de petróleo e gás natural;

- Oficio nº 280.717, do Banco Central do Brasil: encaminha, nos termos da lei, o relatório sobre depósitos voluntários remunerados a prazo no segundo trimestre de 2026;

- Mensagem nº 624: encaminha, nos termos do disposto no art. 73 da Lei nº 15.321, o relatório de avaliação de receitas e despesas primárias, referentes ao terceiro bimestre de 2026.

Estamos, portanto, limpando o porão.

- Oficio nº 36.523, Banco Central do Brasil: encaminha, nos termos da lei, o relatório sobre depósitos voluntários remunerados a prazo no terceiro trimestre de 2026;

- Oficio nº 55.572, do Ministério da Fazenda: encaminha, nos termos da lei, o relatório de execução referente ao terceiro trimestre de 2026, relativo à execução do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional; e

- Ofício 549, do Ministério da Fazenda: informa, em cumprimento a dispositivo legal, em observância à competência atribuída ao Ministério da Fazenda, o valor atualizado da proposta do Ministério da Fazenda para o intralimite anual para a concessão de garantias da União a operações de crédito dos estados, do Distrito Federal e dos municípios – assunto momentoso –, a viger no exercício de 2026.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação neste período.

Havendo quórum, antes de iniciar os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a respectiva aprovação da Ata da 23ª Reunião, realizada em 1º de setembro de 2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

O único item da pauta, acrescido de requerimentos... (*Pausa.*)

Perdão, dois itens da pauta.

O primeiro item da pauta.

ITEM 1

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 50, DE 2026

- Não terminativo -

Altera a Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, para excepcionar da vedação à contratação de operações de crédito nos 120 dias anteriores ao término do mandato do Chefe do Poder Executivo as operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Autoria: Senador Renan Filho (MDB/AL)

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. Foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do senador Izalci Lucas.

Foi concedida vista ontem, de maneira...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – ... vista coletiva, para que fossem assimiladas as particularidades dessa possível exceção que se abrisse.

Restou absolutamente comprovado que a redação dada satisfaz.

A Senadora Eudócia, que foi a primeira a solicitar, me informou pessoalmente que não virá à reunião, de forma que eu consulto os presentes, portanto os que estiveram, se posso considerar satisfeito o objeto da vista.

Senador Alessandro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Senadora Leany, o próprio Senador Renan Filho, o Senador Eduardo Braga. (*Pausa.*)

Estão, portanto, satisfeitos todos os objetivos, e o Senador Izalci, antes de sair, retirou a emenda que apresentara, de forma que o que nós temos para deliberar é o texto na forma de redação que foi dada pelo Senador Eduardo Braga.

A matéria, mais uma vez, volta à discussão, sem qualquer acréscimo de seu conteúdo. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, está encerrada a discussão.

Em votação. A votação será simbólica. Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável, repito, na forma do texto apresentado pelo Senador Eduardo Braga.

O item 2 foi retirado...

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) – Sr. Presidente, antes de passarmos ao item 2, gostaria de solicitar a V. Exa. que...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Urgência...

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) – ... tramitasse em regime de urgência este projeto ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Bom, submeto...

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) – Assim que tivermos condição, Líder Eduardo, já apreciamos hoje, dada a necessidade dos estados, que estão aguardando por essa aprovação, de ter tempo hábil para a restruturação de suas dívidas.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Consulto se concordam com o requerimento do Senador Renan Filho de urgência para que o Plenário possa apreciar no prazo devido o texto já aprovado. (*Pausa.*)

O item 2 está retirado pelo Relator, o Senador Plínio Valério.

É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 675, DE 2022

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contribuição previdenciária de estudantes bolsistas das entidades federais de ensino e dá outras providências.

Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)

E o item 3? (*Pausa.*)

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 109, DE 2026

- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5165/2026, que "dispõe sobre a Cédula de Serviço (CS)

Autoria: Senadora Leany Lemos (PSB/DF)

Que foi o projeto do Senador Jader Barbalho...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. *Fora do microfone.*) – Renan Filho... Não, Renan pai.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Senador Renan Calheiros, perdão, que ontem foi apreciado aqui.

O requerimento, portanto, da Senadora Leany Lemos é para que o seu requerimento... Eu vou ler.

Requer a presença para a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 5.165, de autoria do Senador Renan Calheiros, que dispõe sobre a Cédula de Serviço.

Ela propõe: representante do Ministério da Fazenda, representante do Banco Central do Brasil, representante da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), representante da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), representante da Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), representante da Confederação Nacional de Seguradoras (CNseg) e representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Em apreciação o requerimento. (*Pausa.*)

Se ninguém faz objeção, consideramos aprovado.

Bom, agora nós vamos... (*Pausa.*)

Sim, o projeto evidentemente sai de pauta, porque haverá uma audiência pública. Bom, agora nós vamos... Sim, o projeto evidentemente sai de pauta porque haverá uma audiência pública. (*Pausa.*)

Como os senhores se lembram – quero fazer apenas uma observação –, foi aprovado ontem o Requerimento 107 para que haja a discussão sobre CBS.

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL. *Fora do microfone.*) – CBS?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. *Fora do microfone.*) – É uma audiência pública.

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL. *Fora do microfone.*) – É um outro. Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – É uma audiência pública, foi aprovada uma proposta do Senador Izalci com a relação nominal.

Eu apresentei um requerimento – e é isso que eu quero explicar – pedindo a inclusão de um dos... Eu apresentei o projeto incluindo na relação que o Senador Izalci apresentou a participação do Deputado Luiz Carlos Rauli, que, como todos sabem, juntamente com pessoas como Miguel Abuhab, são pessoas que foram muito defensoras especialmente dos aspectos tecnológicos e de informática no projeto da reforma tributária. E eu gostaria, portanto, de aditar o nome do Deputado Luiz Carlos Rauli, que é um Deputado do Paraná muito dedicado ao debate, na preparação e nas análises da reforma tributária, para que ele seja incluído.

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) – Ele relatou algumas vezes em momentos em que a reforma não conseguiria voto, mas teve uma participação efetiva. Talvez não tenha tido a que o Eduardo tem, que é aquela capacidade de convencer todo mundo a votar.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Ainda bem que ele não tem. (*Risos.*)

Então, eu considero que posso colocar em votação simbólica. (*Pausa.*)

Considero aprovado.

Portanto, eu peço que seja aditado à nominata apresentada pelo Senador Izalci. (*Pausa.*)

Este é um outro requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 108, DE 2026

- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema tratado na Medida Provisória nº 1.394,de 2026,

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB).

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Sr. Presidente, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Antes de colocar em votação, submeto à discussão o requerimento.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. Para discutir.) – Para discutir, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu creio que essa questão das *bets* seja talvez uma das questões mais relevantes para a economia popular em nosso país, tendo em vista que a existência dessas *bets* no Brasil fez com que houvesse uma drenagem dos recursos, principalmente da população mais carente do nosso país, ao ponto de termos uma redução no poder de compra, principalmente das classes mais humildes deste país, de gêneros alimentícios.

Eu quero aqui dizer da importância de debatermos esse tema e de não deixarmos essa medida provisória caducar. É extremamente importante. Eu sei da existência de *lobbies* poderosos que estão acontecendo neste Congresso para que esta medida provisória não seja levada a votos. Eu quero aqui manifestar a minha indignação com relação a isso por entender que a simples existência desse mecanismo tem causado grande, mas grande prejuízo, não só à economia popular, mas também à saúde mental do povo brasileiro.

E mais: está mais do que provado e sobejamente comprovado que o argumento de que as *bets* são essenciais para o financiamento da existência dos nossos times de futebol, da existência de um determinado mercado de patrocínio por essas *bets*, é absolutamente ilusório. Por quê? Porque, durante toda a existência dos times de futebol neste país e dos veículos de comunicação, nós sempre tivemos empresas sadias – empresas que não causam esse tipo de vício e de dependência que as apostas dessas *bets* causam –, fazendo com que a subsistência tanto do futebol quanto dessas empresas acontecesse normalmente e regularmente.

Portanto, eu quero crer que o Senador Veneziano, ao apresentar esse pedido de audiência pública, o faz exatamente para destacar a importância de este Congresso deliberar essa medida provisória. Então, eu quero aqui me manifestar desde já favorável à tramitação dessa medida provisória. Farei, inclusive, hoje uma manifestação no Plenário do Senado da República, porque dessa medida provisória, até o momento, encontra-se paralisada a tramitação.

Portanto, eu quero aqui manifestar a minha preocupação com relação ao prazo para que essa medida provisória não venha a caducar...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC. *Fora do microfone*.) – Ela caduca quando?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – ... o que será um erro histórico deste Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Qual é o prazo para a caducidade?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Sessenta, mais vinte e...

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) – Dia 4 de março.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Dia 4 de março.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Dia 4 de março do ano que vem?

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) – São 60 dias, mais 60 dias prorrogáveis, porque o prazo é de 60 dias, mas na prática são sempre prorrogados.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Além do mais, haverá o recesso.

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) – Haverá o recesso, então é 4 de março...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – É isso que faz com que ela chegue, ultrapasse dois meses, mais um mês de cá.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – É.

A SRA. LEANY LEMOS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu gostaria de subscrever também esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – O requerimento que nós estamos apreciando é o requerimento para audiência pública.

A SRA. LEANY LEMOS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Para audiência pública, isso.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Eu considero também... O senhor subscreveu também o requerimento?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. *Fora do microfone.*) – Subscrevo.

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) – Eu vou, na verdade, defender a aprovação do requerimento. Eduardo está colocando... Eu não sei se a subscrição exige a anuência do autor do requerimento, confesso. Se não exige...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Como a matéria não é nova, já estava sendo discutida ontem...

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) – Certo, é.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – ... eu posso tanto considerar que V. Exa. subscreve quanto que aprova?

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) – Eu gostaria de subscrever e gostaria de, em rápidas palavras, dizer...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Então, já estamos discutindo o...

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) – O requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – ... mérito do requerimento que já está virtualmente aprovado.

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL. Para discutir.) – Certo. Gostaria de agradecer a V. Exa. pela palavra.

Quero parabenizar o Líder Eduardo pelo posicionamento e dizer que, com a suspensão das *bets* no Brasil, os atacarejos e os supermercados, aqueles que estão na ponta, já registraram uma alta de vendas de 6,5%.

Isso demonstra a importância de impedir um mecanismo que estava apenas dragando recursos da economia real, destinando para algumas empresas biombos de tecnologia que oferecem um aplicativo para o celular e drenando esse recurso sem qualquer outro investimento no país. Eu desafio alguém saber um emprego gerado por uma *bet* ou qualquer investimento que elas fazem. Os outros que sobrevivem de recursos de *bets* – e eu sou, por exemplo, um apaixonado por futebol, assisto, gosto, vou a estádio...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – É um empresário, inclusive.

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) – Os clubes de futebol, eu estou...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Tem o talento do seu filho.

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) – Meu filho é um atleta esforçado, igual ao pai, não tem muita viabilidade no mundo profissional.

Assim, Senador Esperidião, o mundo do futebol sempre teve seu financiamento pela economia real, por outros segmentos, como empresas de grande porte, multinacionais do ramo de óleo e gás, bancos, do ramo de medicamentos. Depois que entrou essa questão de *bets*, toda a economia real foi obrigada a sair da camisa dos clubes de futebol, e foi colocado algum nome ali que a gente não conhece nem direito. As pessoas têm um aplicativo: *bet* não sei de onde, não sei o que *bet*...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – E algumas *bets* de clube.

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) – ... bora para cima de *bet*, algumas *bets* de clube. E o que isso gerou? Ele tirou dali aquela empresa e tirou o faturamento de todas as companhias da economia real.

Além disso, ontem o Ministro Padilha fez um alerta importante. Está sendo realizado no país um estudo acerca do crescimento dos suicídios, e o principal indicativo é o aumento do endividamento das famílias a partir de *bets*.

Terceiro ponto, Líder Eduardo, também muito importante: nós temos 80% das famílias brasileiras endividadas. Isso significa que, por vários problemas, mesmo com a renda crescendo e o Brasil em máxima de emprego, as pessoas estão endividadas, por alguns motivos: por juro alto, por uso de recursos em *bets*.

Então, um requerimento dessa natureza é fundamental para que a gente ilumine essa discussão. Essa medida provisória não pode chegar ao final do seu prazo sem todo dia ter alguém se lembrando dela aqui, Eduardo, porque as forças motrizes do processo legislativo estão adormecidas pelo potencial econômico que essa medida tem.

Então, eu queria parabenizar o meu Líder, dizer que me sinto representado e liderado pelo discurso que V. Exa. fez há pouco defendendo essa discussão. E nesse dia nós vamos fazer aqui um amplo debate – quem defende coloca a sua posição, qual é o caminho; quem é contra coloca a sua posição –, mas eu queria, ao finalizar, destacar a coragem que teve o Presidente

Lula de editar essa medida provisória, porque não é mole o cara editar uma medida provisória dessa natureza. Exige coragem cívica – cívica –, e depois se verifica que a economia real está respondendo com incremento de vendas. E, como o Líder Eduardo colocou, essas vendas na economia real são sobretudo o quê? Comida. É uma troca muito representativa: é a troca da aposta por mais comida na mesa das pessoas.

Queria colocar um último ponto relevante: os dias em que mais acontece violência contra as mulheres são quarta-feira, mas especialmente domingo. São exatamente os dias de jogos de futebol também e são os dias em que aumentam as apostas em *bets*. Às vezes, eu fico pensando que chega uma dona de casa em casa e é obrigada a tentar impedir as apostas da sua família: "Não perca o dinheiro da feira. Não perca o dinheiro de botar o combustível no carro para levar os meninos na escola. Vamos ver se a gente garante que o nosso orçamento chegue até o final do mês". Isso suscita, nas famílias, divisão, briga, disputa e pode estar gerando também violência doméstica. Esse é um outro tema que está em estudo e pode ser objeto de discussão nesta audiência pública.

Então, eu queria manifestar o meu apoio, destacar a importância do tema e dizer, Líder Eduardo: vamos solicitar ao Presidente Davi Alcolumbre e ao Presidente Hugo Motta que se acelere e se simplifique o rito da tramitação dessa medida provisória para que ela vá o quanto antes ao Plenário. Quem sabe o Congresso Nacional dá um exemplo ao Brasil. Ao invés de esperar pelos 120 dias, aprovamos o fim das *bets* ainda este ano, ainda até dezembro, no Congresso Nacional, a fim de ratificar a medida corajosa que foi tomada pelo Presidente Lula.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Eu quero cumprimentá-lo pela sua manifestação e dizer que, nessas condições, eu também subscrevo o pedido, porque eu gostaria de votar, e vou votar a favor, para que essa medida que foi inicialmente... Quero até acrescentar: chegaram a dizer que o Presidente Lula perderia votos.

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL. *Fora do microfone*.) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Eu acho que ele bancou corajosa e inteligentemente, e não há nenhum motivo para que o Congresso... Qual é o argumento que alguém vai fazer da tribuna?

Então, a única coisa que pode acontecer é o decurso do prazo. E aí eu gostaria de subscrever também o pedido. O senhor vai falar hoje à tarde sobre isso?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. *Fora do microfone*.) – Vou falar sobre isso hoje no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Pode falar em meu nome também. Bota a medida provisória a tramitar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Acho inclusive, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Como está se inscrevendo aqui o Senador Veneziano, estamos todos na garupa...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Ah, tá, o autor.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – ... da montaria que ele trouxe para cá, então, eu concedo a palavra ao querido amigo Senador Veneziano, que já teve o seu requerimento aprovado; além do mais devido e corretamente subscrito...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. *Fora do microfone*.) – Subscrito por todos os membros.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – ... elogiosamente por todos nós.

Senador Veneziano, o senhor tem que abrir o seu som.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - PB. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Abri aqui, Presidente. Peço desculpas a V. Exa., peço desculpas aos meus companheiros e às minhas companheiras pela minha ausência.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Mas o senhor nos ouviu pelo menos?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - PB. *Por videoconferência*.) – Ouvi, eu estava aqui, inclusive inquieto, porque não estava conseguindo acessá-los, mas eu quero pedir desculpas aos senhores e às senhoras. Evidentemente, a não presença só poderia se justificar por um fato superveniente, que fui exatamente cumprir junto a outras obrigações nossas.

Ouvi atentamente a exposição do nosso Líder Eduardo Braga, ouvi a exposição, lúcida igualmente, do meu querido e estimado amigo e irmão Ministro e Senador Renan Filho. A razão ou as razões que me levaram a propor o requerimento para que nós façamos essa audiência pública exatamente às nossas apreensões expedidas pelo Líder Eduardo Braga, muito bem postas pelo nosso Senador Renan Filho, para que esse assunto não dormite no Congresso Nacional, até porque essas forças não foram citadas nominalmente, mas nós sabemos que atuam de maneira muito forte no Congresso Nacional, para impedir que uma decisão – que, a nosso sentir, foi muito feliz e, acima de tudo, corajosa do Governo do Presidente Lula –, simplesmente seja posta de lado.

Ontem, eu não tive a oportunidade, como nós não tivemos a oportunidade, em razão de estarmos a cumprir as nossas obrigações matinais nas Comissões e, à tarde, de nos estendermos em relação a um tema altamente sensível, pois nós tivemos também a gratíssima alegria de entregar à sociedade brasileira a aprovação da PEC da segurança, eu peguei um arrazoado sobre o que foi discutido na audiência pública, promovida pelo STF, com a Presidência do Ministro Luiz Fux.

E aqueles que desejam a volta das *bets,* principalmente os dirigentes de clubes, é algo não compreensível, porque, quando você discute sobre saúde pública, que é ainda muito mais relevante do que o aspecto econômico – que não deixa de ser relevante e que foi também abordado –, quase 7% nós tivemos, nesse curtíssimo hiato entre a decisão do Governo e o que

se verifica nos supermercados, do poder de compra ter sido acrescido, em face da extinção do uso das *bets*.

E aí o que se diz, para defendê-las: "Não, é porque haverá prejuízo para este clube, porque há uma insegurança em razão de compromissos que os clubes fizeram", e isso não está... Eu sou torcedor, gosto, sou sofrido torcedor vascaíno, mas não posso ver, diante dos nossos olhos, que essa situação esteja acima de outras muito mais valiosas que são as vidas dos milhões de brasileiros que estão postas em risco, com essa famigerada proliferação das *bets*.

Então, eu agradeço a V. Exa., que se comprometeu ontem de trazer, no dia de hoje, e assim o faz, o requerimento subscrito pelo Senador Eduardo, pelo Senador Renan, pela minha querida companheira Senadora, a quem também quero agradecer. Eu vi, como ouvi, o seu desejo de subscrever esse requerimento, para que nós façamos, em audiência, esse debate, para que estejamos municiados, até como instrumento que vá servir, quando a medida provisória vier a ser, de fato, posta em funcionamento através da sua Comissão mista.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Perfeito, Senador.

Considero, portanto, que posso considerar; aliás, que posso anunciar que o requerimento está aprovado, subscrito por todos nós, e que hoje à tarde seja registrada essa decisão da Comissão, como um estímulo a mais para desencantar a tramitação da medida provisória.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Presidente, eu até gostaria de fazer...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Eu só gostaria de...

Como eu vou ter que acrescentar...

Nós temos aqui, naquele requerimento do Senador Izalci, o pedido para incluir mais um convite.

Consulto se há alguma objeção. (*Pausa.*)

É uma solicitação para que a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil tenha um representante também naquela audiência pública sobre a CBS.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – A CBS.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Consulto se todos concordam. (*Pausa.*)

Então, está incluído o representante da CBS na audiência pública requerida pelo Requerimento nº 107, do Senador Izalci.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. Pela ordem.) – Presidente, eu queria até fazer aqui um apelo aos Senadores aqui da CAE, que, com certeza, estarão no Plenário hoje à tarde, para que todos nós pudéssemos nos manifestar a respeito dessa questão da medida provisória das *bets*, porque, sem dúvida nenhuma, é uma matéria extremamente importante para a economia popular, como já foi dito aqui, e este requerimento do Senador Veneziano possibilita que os membros da CAE possam se manifestar hoje no Plenário para, não só mobilizar a opinião pública, mas também sensibilizar o Presidente do Congresso, o Senador Davi Alcolumbre, para que a gente possa fazer avançar a tramitação dessa medida provisória que é tão relevante à economia e à saúde financeira do povo brasileiro – não só à saúde mental, não só à questão dos conflitos, como destacou aqui o Senador Renan Filho, mas também à saúde financeira do povo brasileiro.

O aumento do consumo de gêneros alimentícios é claro que foi impactado por essa dragagem, eu diria, agressiva. Eu confesso aos senhores que eu lembro quando o Brasil se mobilizou para proibir a propaganda de cigarros na televisão. Todo mundo dizia: "Vai quebrar as emissoras de televisão, de rádio, de jornal, pela falta...". Não aconteceu nada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Anuncia, é natural.

Quando disseram também que a propaganda de bebidas alcoólicas deveria ser restringida, anunciaram, de igual modo, que isso ia causar problemas, etc. Do mesmo modo, sobrevivemos, as economias avançaram e a saúde financeira e mental do povo brasileiro avançou.

Portanto, eu creio que se nós nos mobilizarmos, nós vamos fazer com que essa medida provisória corajosa do Presidente Lula seja deliberada pelo Congresso, porque eu quero aqui fazer uma denúncia: há mãos invisíveis trabalhando no sentido de que esta medida provisória não vá a votos, que ela caduque. E isso é um crime contra a economia brasileira. Até porque, se ela caducar em março do ano que vem, nós ficaremos o ano legislativo inteiro proibidos de uma reedição de uma medida provisória sobre o mesmo tema, ou seja, nós estaremos dando uma sobrevida a essas empresas que tantos males causaram ao povo brasileiro, principalmente aos mais humildes.

Portanto, fica aqui o meu apelo para que todos nós possamos nos mobilizar nos plenários, porque a palavra dos Parlamentares, principalmente durante o horário da sessão deliberativa, tem impacto na opinião pública, mobiliza, pauta a imprensa nacional e faz com que a consciência popular seja movida a favor de um tema tão relevante como esse do combate às *bets*.

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL. Pela ordem.) – Eu farei uma fala hoje, Líder Eduardo, nessa direção, no Plenário do Senado, durante a sessão deliberativa.

A SRA. LEANY LEMOS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF. Pela ordem.) – Eu vou fazer um aparte a V. Exa.

Eu vejo muito esforço do Senado, aqui da CAE, nesses poucos dias que eu tenho de mandato, de criar condições para os círculos virtuosos. E as *bets* criaram círculos viciosos. O Senador Renan mencionou a violência doméstica associada ao consumo mais alto de álcool, que também gera mais violência doméstica, que tem outros impactos na saúde das pessoas, que tem impactos na segurança das nossas rodovias. Então, o que as *bets* criam é um círculo vicioso que nós precisamos quebrar.

Eu sou mãe de três filhos, eu tenho esperança de um dia virar avó. E o que essas *bets* fizeram...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LEANY LEMOS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – E eu tenho inveja. Eu tenho inveja dele. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LEANY LEMOS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Já tem quatro. Todo mundo coleciona... Eu digo isto para os meus filhos: todo mundo está colecionando netos e eu estou no déficit. (*Risos.*)

Mas eu acho muito importante que o Senador Eduardo Braga tenha essa visão, assim como todos aqui compartilham desse senso de responsabilidade de apoiar o Governo nessa medida provisória, que vai trazer benefícios para as futuras gerações, porque foi criado nesse curto momento de tempo e é de enorme prejuízo para a nossa sociedade. Eu penso na juventude por causa... A gente, quando tem filhos e netos, está pensando no que vai acontecer em algumas décadas.

E eu não só apoio, como gostaria de estar aqui, mas não estarei, em 4 de março. Fico torcendo para se votar antes de 31 de janeiro, para que eu possa votar essa medida provisória e a gente encerrar esse breve e perverso capítulo da nossa história com os jogos.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Perfeito.

Não havendo mais...

A SRA. LEANY LEMOS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Sim.

A SRA. LEANY LEMOS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF. Pela ordem.) – Há um requerimento que foi apresentado pelo Senador Rogério Carvalho que eu gostaria de subscrever.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Se a senhora subscreve, tudo bem.

A SRA. LEANY LEMOS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Exato. Por favor.

Posso me manifestar rapidamente sobre o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Claro.

A SRA. LEANY LEMOS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Ontem o Senador Rogério Carvalho mencionou a questão das taxas de juros. Essa é uma discussão que foi acendida aqui de maneira quase incendiária pelo André Lara Resende, a quem a gente deve, junto com o Persio Arida, pela estabilização da nossa economia nos anos 90, além de um grande time naquela época, com grandes impactos na redução da pobreza, quando nós tivemos a nossa estabilização, que permitiu um círculo virtuoso seguinte. Essa estabilidade permitiu um círculo virtuoso de estabilização econômica e das instituições, que permitiu, depois, nós termos uma década e meia quase, nos anos 2000, de grande crescimento da economia.

Essa é uma discussão bastante polêmica, e o Senador Rogério Carvalho pediu que eu subscrevesse e que trouxéssemos aqui um conjunto de pessoas com pensamentos diversos para que pudesse ser discutido. Entre essas pessoas, o próprio André Lara Resende; Armínio Fraga Neto, que também deu a sua contribuição no Banco Central; ex-Ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira; Nelson Barbosa, ex-Ministro, hoje Diretor do BNDES; Laura Carvalho, Professora da FEA-USP; Rodrigo Toneto, do Ipea; Gabriel Galípolo, nosso Presidente do Bacen; e o Prof. José Luis Oreiro, Departamento de Economia da Universidade de Brasília.

E eu gostaria de acrescentar dois nomes. Eu acho que há bastante discordância sobre isso, e eu tenho uma visão talvez um pouco mais conservadora. Eu acho que ensaios, intervenções fortes, sem a gente saber quais os resultados dessas intervenções, podem ter resultados muito ruins para a economia brasileira. Então, eu gostaria de acrescentar aqui o Samuel Pessoa e a

Silvia Matos, que é da FGV Ibre, que é uma grande especialista em macro e também em política fiscal.

São, portanto, dois nomes.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Silvia Matos...

A SRA. LEANY LEMOS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Silvia Matos, da FGV Ibre, Rio de Janeiro, e Samuel Pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Está o.k.

A senhora depois entrega...?

A SRA. LEANY LEMOS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Entrego os nomes.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. Pela ordem.) – Senadora, a senhora me permite fazer uma contribuição?

Eu gostaria de pedir, se o Presidente Esperidião Amin me permitir, a inclusão do Paulo Hartung, que foi um colega Governador com grandes resultados na gestão financeira do Estado do Espírito Santo e que tem um pensamento bastante interessante sobre a economia brasileira. Eu acho que, já que nós estamos abrindo a caixa para discutir essa questão dos juros e a questão da indexação brasileira a essa taxa Selic, eu gostaria de sugerir a inclusão do nome do ex-Governador Paulo Hartung entre os debatedores.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Eu só gostaria que fosse formalizado, pelo menos, a apresentação do nome em aditamento.

A SRA. LEANY LEMOS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Nós formalizaremos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

É apenas fazer mais uma... Enfim, quero louvar a iniciativa do Senador Rogério, subscrita aqui pela Senadora Leany; sugerir a inclusão do nosso ex-colaborador no IFI, Felipe Salto, que tem análises bastante pertinentes; e antecipar aqui, compartilhar com os colegas, o que já compartilhei com o Líder Eduardo Braga, que já, há coisa de dois anos, mais ou menos, apresentei um projeto com foco em ajuste fiscal. Estou reapresentando esse projeto com algum acréscimo, e é importante o debate, porque a gente fala demais na parte do economista – e vejam o risco que eu estou correndo, porque eu estou falando de economista na presença de figuras destacadas –, mas o relevante no processo é a liderança política. Não há ajuste fiscal sem liderança política. Isso é uma coisa básica.

Então, o projeto que eu tento apresentar, e vou defender junto com os colegas, ele busca justamente ancorar a credibilidade. E você consegue fazer isso, primeiro, estabelecendo a regra do ajuste fiscal em lei; e, segundo, acrescentando consequências para o não cumprimento da regra fiscal. São medidas de absoluta simplicidade, de fácil compreensão, que levam em conta o contexto político que nós vivemos.

A gente tem que observar que as eleições apontaram que não terá sucesso qualquer proposta que foque em redução dos benefícios sociais, das políticas sociais. Então, não adianta teorizar mirabolantemente com relação a corte de benefícios que os brasileiros não aceitam perder.

Por outro lado, também não dá para fazer qualquer tipo de loucura: teste, laboratório de alquimia com um país do tamanho do Brasil, considerando as diversas experiências no exterior e no Brasil, que foram de profundo insucesso. Então, acho que é possível, sim, construir. Acho importantíssimo ter um evento, uma reunião. Não será simples nem curta, claramente pelo número de indicados, que deve crescer à medida que V. Exa., Presidente Senador Esperidião Amin, aprove o requerimento, mas é importante induzir isso.

E digo mais: o momento para aprovação desse tipo de medida é agora. Não faz sentido aguardar uma nova legislatura para que a gente enfrente problemas que são definidores da dificuldade da família brasileira.

A gente não vai baixar juros a decreto. Não há como fazer isso, e também não adianta intensificar essa questão ideológica, que se imagina que se inicie no próximo período legislativo, o que prejudica... com objetivo eleitoreiro, prejudicar a vida do brasileiro. Então, acho que vai bem o requerimento, apenas acrescento o nome do Felipe Salto.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – No caso...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - SE) – Felipe Salto, vou incluir...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – O Felipe Salto, que foi nosso Diretor do IFI.

Senador Renan.

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL. Pela ordem.) – Presidente, eu gostaria de, muito rapidamente aqui, colocar uma questão que eu suponho muito relevante. Hoje nós estamos vivendo um dia histórico.

Ontem, os Estados Unidos da América deram a maior virada ao Partido Democrata da sua história recente. Alguns estados onde há mais de 90 anos não havia uma vitória democrata, tiveram ontem. Elegeram o partido, a maior bancada na Câmara, no Senado e também o maior número de Governadores numa derrota histórica.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Uma vitória histórica, né?

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) – Numa derrota histórica ao Presidente Trump – eu ia dizendo. Se tivesse aquele outro, teria dito: "Me permita primeiro molhar o bico". (*Risos.*) Meu Presidente Esperidião, meu dileto amigo.

Essa derrota é decorrente de quê? Dos excessos. Todo excesso é negativo. A gente acabou de discutir aqui o caso das *bets*. Excesso de gasto das famílias numa coisa improdutiva.

O que o Presidente americano vem colocando para o mundo são excessos: tarifa, guerra... Sem ouvir o Congresso, concentração de poder extremo, Governo com vaidade exacerbada também. E ontem o povo americano – e olha que surpreendeu o mundo, estava todo mundo sentindo o caminho, Senador Alessandro, mas a intensidade surpreendeu o mundo – fez o quê? Colocou freios por meio do voto democrático, comparecendo às urnas, lotando sessões, virando eleições, elegendo representantes de minorias.

O que nós estamos a discutir aqui nesse requerimento? É exatamente isso. O que o Brasil não pode mais é ter essa taxa de juros. Não dá mais – não dá mais!

Entretanto, como na natureza tudo exige equilíbrio, também não pode ser por canetada. Ninguém baixa juros por canetada. Como ninguém faz dieta por canetada. Imagine se eu pudesse perder quatro quilos sem ter que comer menos calorias do que meu corpo gasta?! Numa canetada singela, o Senador Renan Filho, por um projeto relatado por ele próprio na CAE, agora há pouco, emagreceu quatro quilos. Felizmente não dá. Eu tenho que comer menos e caminhar um pouquinho mais. Eu acho que esse equilíbrio, que é um equilíbrio da natureza, precisa ser levado também nessa questão dos juros, precisa ser levado em consideração na questão do Trump.

E o que eu estou dizendo, Senador Esperidião Amin, é que a gente podia aproveitar, Líder Eduardo, inclusive com a sua experiência, este final de ano. Por quê? Porque olhe o que está acontecendo no Congresso Nacional. Ontem nós votamos a PEC da segurança pública à unanimidade; a divisão está sendo substituída pela unanimidade. Nós acabamos de discutir aqui uma medida provisória que, durante a eleição, dividiu opiniões, que é a medida provisória das *bets*; parece que se for levada a voto agora vai unir opiniões, todo mundo no sentido de aprovar o fim das *bets*, conforme a medida provisória preconizou.

O Senador Alessandro apresentou projetos na direção do equilíbrio fiscal, e agora deseja reapresentá-los. Quem sabe a gente consegue, numa ampla discussão, colaborar inclusive com o próprio Governo para achar um caminho, porque ninguém suporta mais que o Brasil tenha as maiores taxas de juros do planeta e com uma sensação, em parte dos especialistas, de que essa

taxa de juros alta é alimentada pela taxa de juros de hoje, pela necessidade de conter inflação. E isso vem gerando a um país potente como o Brasil uma imposição que é crescer menos do que a média internacional, infelizmente, porque paga muito mais juros, porque, se nós tivermos juros nas bases internacionais, nós vamos crescer mais do que os outros. Porque, se a gente já cresce, Senador Eduardo, quase igual com essa taxa de juros, você imagine se a gente conseguir sustentadamente baixar a taxa de juros. Nós vamos crescer muito mais do que os outros, até porque, cá para nós, com todo respeito à economia de outros países, esta daqui é forte, porque ela aguenta solavanco, ela aguenta porrada, ela aguenta *bets*, ela aguenta tarifaço do Trump, ela aguenta taxa de juros nas alturas. Então, assim, todo mundo precisa defender essa agenda, mas sobretudo a CAE, que é a Comissão de Assuntos Econômicos, onde ela precisa ter vazão.

Então eu acho, Líder Eduardo – eu vou, inclusive, fazer chegar isso ao Presidente Renan; vou também conversar um pouco com o Presidente Davi Alcolumbre –, que se a gente aproveitar este final de ano para a gente soltar coisas sobre que a gente pensa parecido, mas, pela polarização política e sobretudo em processo eleitoral, a gente não consegue levar adiante...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Meu Ministro...

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) – ... como, por exemplo, a redução da maioridade penal, que pode ir a Plenário, hoje.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Hoje, mas, meu Ministro, o senhor me permite um aparte?

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) – Claro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM. Pela ordem.) – Porque V. Exa. toca num ponto que eu acho que é central.

A taxa Selic é óbvio que tem a ver com o déficit público por causa da captação de financiamento da dívida pública brasileira, mas o que eu não consigo entender – e estou diante aqui de uma especialista – é como o Brasil continua de forma, vamos dizer assim,

desavergonhada, com um financiamento de crédito rotativo de cartão de crédito a uma taxa de juros de 500% ao ano e como é que o Brasil convive com uma taxa de juros no cheque especial da ordem de 350% ao ano. Isso não tem a ver com déficit público, isso não tem a ver com financiamento da dívida pública; isso tem a ver com a desfaçatez do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central e dos responsáveis pela política monetária neste país. Isso a CAE pode efetivamente trabalhar e isso, sim – aqui fazendo uma brincadeira com a analogia que V. Exa. fez –, talvez merecesse um projeto de lei, porque aí talvez nós pudéssemos cortar os juros, de forma desavergonhada, por um projeto de lei, porque não tem nenhum fundamento.

Quando o Roberto Campos Neto era o Presidente do Banco Central, ele veio várias vezes aqui, à CAE; várias vezes eu o questionei. E sabe qual era a resposta com absoluta desfaçatez? "Não, é porque o brasileiro compra a prazo no cartão de crédito, e, para financiar a compra a prazo sem taxa de juros no cartão de crédito, nós temos que cobrar essa taxa desavergonhada de quem é devedor do crédito rotativo." Permita-me dizer que isto é um insulto à inteligência de qualquer um de nós.

É a mesma coisa com relação ao cheque especial. Nenhum de nós aqui pede a banco que nos dê saldo e limite de cheque especial. O banco oferece e, ao oferecer, induz aqueles que mais necessitam, porque há um estudo feito pelo Ipea de que a grande maioria de devedores de cheque especial, Senador Renan Filho, são sabe quem? Os mais humildes que usam cheque especial para comprar leite para o filho, comprar remédio para o filho.

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) – É, acham que é parte da renda e pagam boa parcela dela em juros.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – E pagam boa parcela dela em juros.

Então, eu creio que, para além da questão da taxa Selic, que tem uma âncora, como diz o nosso eminente Senador Alessandro Vieira, na questão do déficit fiscal, na questão do déficit público, a questão do cartão de crédito e a questão do cheque especial são uma vergonha nacional.

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) – É verdade.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AM) – Nem agiota – nem agiota – cobra uma taxa de juros como esses bancos e essas operadoras de cartão de crédito cobram nessas duas áreas.

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) – Verdade, Líder.

Só concluindo, Senador Esperidião, para terminar aqui, o que estava colocando, o agiota não cobra, não é porque não tem vontade; ele não cobra porque não consegue. Se ele for tentar cobrar 300% ao ano, o cidadão não vai pagar obviamente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Não vai.

O SR. RENAN FILHO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - AL) – Mas quanto ao banco, da maneira como está colocada, o Brasil realmente está com muita dificuldade.

Agora, eu concordo contigo e acho que a gente tem que discutir esse tema.

Queria finalizar, Presidente, só dizendo o seguinte: por que eu estou falando essas questões todas? Nós estamos vivendo uma janela de oportunidade muito importante, uma janela de oportunidade que é agora.

Ontem, com o resultado das eleições americanas, nós estamos vendo uma coisa que também é importante do ponto de vista político, Senador Esperidião, que é o seguinte: o Brasil não teve, por parte do Governo brasileiro, qualquer comemoração pela derrota de Trump. Muito diferente do comportamento americano com relação às eleições democráticas do Brasil; ao lado da Argentina, foram os únicos dois países do mundo que não reconheceram a vitória do Presidente Lula. Como demonstração de civilidade, o Presidente Lula não comemora a derrota de Trump e a vitória democrata nos Estados Unidos, na eleição de ontem, seguindo as orientações do Ministério das Relações Exteriores brasileiro, que tem no pragmatismo a sua

marca principal de atuação, demonstrando grau de civilidade elevado. Isso é que abre espaço para um diálogo nacional que afaste a gente dos extremos e é uma grande demonstração daquele que alguns dias atrás foi muito questionado nas ruas, nas redes, Senador Eduardo, que foi o Presidente Lula, no momento da sua reeleição, a despeito de uma vitória robusta e de virada no segundo turno, mas foi questionado pelas suas atitudes. A cada dia a gente observa que as atitudes de Lula são atitudes de estadista, diferentemente das atitudes do Tio Sam, que é Tio Sam não por causa das instituições americanas, que são as instituições democráticas mais sólidas da humanidade, é Tio Sam pelo Governo de plantão, por isso o apelido dele é Tio Sam. Este Governo de plantão, ontem, apagaram algumas luzes dele e acenderam outras luzes de alerta para dizer que agora vai haver fiscalização no Congresso, vai haver acompanhamento.

A gente deveria, neste final de ano, está todo mundo se arrumando aqui, voltando, eu próprio estou chegando aqui... Eu, no primeiro Governo do Presidente Lula, estive no ministério, estou vindo aqui... O Líder Eduardo, eu o conheço bem, quando ele falou ali, assim, para nós dois, para o Alessandro não, porque já está aqui, mas ele falou: "Olha, os Senadores precisam falar lá no Plenário, porque lá no Plenário há repercussão pública, a opinião cobra que esta agenda ande". Sabe o que ele quis fazer? Ele está nos orientando. Este é o papel dos Senadores mais experientes, é dizer: "Olha, o caminho é este aqui". O Senador Esperidião também sempre fez isso comigo em todas as oportunidades que eu tive, em qualquer lugar, quando eu era Deputado – fomos juntos –, depois, no ministério, ele me orientou em vários momentos, até quando estávamos circunstancialmente – não é, Esperidião? –, por posicionamento político, em lados opostos, mas buscamos o que nos unia.

Se a gente conseguir agora, Senador Alessandro, buscar o que nos une nesta reta final deste ano, nós vamos encontrar o quê? Vamos encontrar a civilidade que foi defendida pelo Presidente em vários temas: na PEC da segurança, na medida provisória que encerrou as *bets*, na discussão do Brasil com relação às tarifas dos Estados Unidos, que foram refutadas pelo seu próprio povo, com relação às guerras que precisam ser encerradas, Eduardo, porque estão elevando o custo global! Os países estão investindo em armas, em déficit! O que isso gera? Isso gera inflação, isso gera desemprego, isso gera menor crescimento para o mundo.

Então, acho que é um grande momento. Além disso, nós temos as duas Presidências das Casas em eleição, o que também é alvissareiro para todos nós, porque isso coloca tudo aquilo

que falamos num tom de importância superior. Então, eu acho que a gente podia dar grandes passos para o país. A Comissão de Assuntos Econômicos, no dia de hoje, aprovou um projeto importante para os estados e dois requerimentos que certamente vão ajudar o país nessa discussão.

Eu queria finalizar a minha participação aqui cumprimentando o Presidente Lula por, neste momento, depois de não ter tido a sua reeleição reconhecida por Donald Trump, ter decidido não comemorar a derrota do Governo americano. Esta, a meu ver, é mais uma aula de civilidade e de relações internacionais do Presidente Lula.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - SE. Pela ordem.) – Queria complementar a lista de sugestões. O nome do economista Marcos Lisboa eu entendo que também pode contribuir bem para a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Perfeito.

Para concluir esta questão deste requerimento, eu peço à Secretaria que colha da Senadora Leany os nomes dos dois indicados; do Senador Renan, só o nome já mencionado; do próprio Senador Alessandro; e do Senador Eduardo Braga. Temos cinco nomes a aditar: dois nomes da Senadora Leany, um nome do Senador Eduardo Braga, um do Senador Alessandro e outro, do Senador Renan Filho.

Antes de encerrar a sessão, com a chegada do advogado dos sonhos da comunidade nacional, Deputado Silvio Costa, quero dizer que ele mereceu lá na Câmara, Senador, um aforismo que define bem o grau da sua inteligência. Se você tiver razão em uma peleia judicial, qualquer advogado resolve o seu problema. Se você não tiver razão, Silvio Costa é a solução. (*Risos.*)

E, ao concluir, eu quero agradecer a atenção de todos, registrar essa verdadeira pré-aula de debate de assuntos econômicos.

Transmita ao Senador Renan Calheiros o meu apelo para que ele providencie uma sessão de debate sobre este momento.

E quero só acrescentar às suas informações uma: quando o Sr. Galípolo foi aprovado aqui em 2023, eu exigi do atual Diretor de Fiscalização, Ailton Aquino, que ele nos dissesse quanto é que o Brasil pagou de *over* taxa de juros média do Ocidente... Preste atenção, o Brasil não passou calote em ninguém desde o Plano Real, de 1994 até 2023. Eu exigi que ele trouxesse uma planilha com quanto é que o Brasil pagou de juros vezes o montante da nossa dívida a mais do que todos os países do Ocidente, incluindo a Turquia, que, como o senhor sabe, tem uma parte na Ásia e uma parte na Europa, e sempre pagou taxas de juros elevadas, hoje bem menos do que o Brasil paga. E ele deu a notícia. Sabe quanto é que nós pagamos a mais de juros, baseado em agências de risco, informações sobre o Brasil, sobre as dívidas que o brasileiro tem? Na época, US$5 trilhões. Isso a mais! Quer dizer, nós fomos onerados a mais do que a economia do Ocidente em US$5 trilhões *plus,* ou seja, é como se nós fôssemos inadimplentes eternos. E não fomos. O pior é que nós pagamos. O pior é que nós pagamos. Nós pagamos isso. E estamos pagando porque são riscos não concretizados. De forma que ficar com esse cabresto indefinidamente, sem procurar a luz de uma solução, é realmente uma inércia criminosa.

Está encerrada a nossa reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 02 minutos e suspensa às 12 horas e 29 minutos do dia 03/11/2026, a reunião é reaberta às 11 horas e 05 minutos e encerrada às 12 horas e 11 minutos do dia 04/11/2026.*)